

EDUCAÇÃO COM BOLSAS DE ESTUDO
E ELEVAÇÃO DO PISO SALARIAL,
GOVERNO TENTA ATRAIR JOVENS PARA
A DESPRESTIGIADA CARREIRA DOCENTE

VENEZUELA TRUMP ESCOLHE A DUVIDOSA
TRAFIGURA E UM DOADOR DE CAMPANHA
PARA VENDER O PETRÓLEO SURRUPADO.
E ESCONDE O DINHEIRO NO ALIADO CATAR

CartaCapital

AÍ TEM

O GOVERNADOR
IBANEIS ROCHA,
DO DISTRITO FEDERAL,
É O POLÍTICO MAIS
ENROLADO NOS
DESVIOS DO MASTER



cartacapital.com.br

ANO XXXI Nº 1398
R\$ 31,90
4 DE FEVEREIRO DE 2026



9 771809 669002

basset
editora



FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



/fenaefederacao



@fenaefederacao



www.fenae.org.br



(61) 98142 8428



/company/fenae-federacao



**FENAE
COM
ELAS**

Combater o feminicídio é necessário

O Brasil registra recorde de assassinatos de mulheres por dia em 2025.

Os dados são alarmantes: 4 mulheres são vítimas de feminicídio todos os dias.

Ficar parado não é uma opção e a Fenaé está com elas! A campanha Fenaé com Elas, firmada a partir da assinatura da carta-compromisso com o Ministério das Mulheres, reafirma nossa atuação na defesa do direito das mulheres.

Conheça nossas iniciativas.

Se você vê, ouve ou suspeita, denuncie. Ligue 180!



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code, conheça mais a campanha e nossas iniciativas.



Para incentivar as matrículas em cursos de licenciatura, o MEC oferece bolsas de 1.050 reais. Pág. 18

6 A SEMANA
9 PEDRO SERRANO

Seu País

18 EDUCAÇÃO Governo lança uma ofensiva para atrair jovens talentos à carreira docente

22 SÃO PAULO Sabesp bate recorde de captação e exaure seus reservatórios

26 RIO DE JANEIRO Eleição indireta para mandato-tampão de Cláudio Castro turva a disputa estadual

29 MARIA RITA KEHL

30 ANÁLISE É preciso propor um novo pacto fiscal para as regiões metropolitanas

Capa: Pilar Velloso, Marcelo Camargo/Agência Brasil e iStockphoto

32 MARANHÃO Com prefeito, vice e todos os vereadores presos, Turilândia passará por intervenção estadual

34 NECROPOLÍTICA Até quando as favelas serão vistas como territórios de exceção?

Economia

36 BALANÇO O Nova Indústria Brasil obtém bons resultados, mas continua aquém das necessidades do País

39 ADALBERTO VIVIANI

40 TECNOLOGIA O Brasil busca consolidar presença estratégica no mercado de semicondutores

Nosso Mundo

42 PIRATARIA Empresa da Suíça negocia o petróleo "confiscado" da Venezuela

46 GEOPOLÍTICA Trump insiste em criar um clube privado para mandar no mundo. Lula resiste

10 NA MIRA DA PF
O GOVERNADOR IBANEIS ROCHA, DO DISTRITO FEDERAL, É O POLÍTICO MAIS ENROLADO NO ESCÂNDALO DO MASTER

Plural

48 O ARTESÃO DA CENA

O PREMIADO DIRETOR GABRIEL VILLELA REINVENTA O TEXTO DE SÊNECA E LEVA AOS PALCOS UMA MEDEIA REPLETA DE BRASILIDADE

51 SAÚDE Por Drauzio Varella **52 BIOGRAFIAS** Raoni, Nahu e a secular luta por direitos dos povos indígenas **54 CINEMA** Entre a guerra e o terror **55 AFONSINHO** **56 LIVRO** Cristina Serra detalha os crimes da Braskem em Maceió **58 CHARGE** Por Venes Caitano

basset

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar.
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani
DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva
NOVOS PROJETOS: Demétrios Santos
GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Mello
ANALISTA DE PROJETOS: Gabriela Gomes de Oliveira
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
BSB/RJ: Hera Mídia - landra Siqueira, (61) 98322-9994 / (19) 99818-8958, landrasiqueira@heramidia.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 - Carlos Chetto, (71) 9617-6800 / Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S.
Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 - SP/SP - CEP 05410-010
www.actual.sc, Telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas - exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS



PLACAS TECTÔNICAS

Na discussão sobre o Banco Master e outros artifícios do esquema, que aportaram recursos reais em promessas de ganhos irreais, falta dar nome aos bois - ou melhor, aos partidos no comando de prefeituras e governos que colocaram em risco fundos previdenciários. Trata-se, em sua grande maioria, de gestões de direita e extrema-direita, o que ajuda a explicar o silêncio seletivo sobre o tema e o foco quase exclusivo no Supremo Tribunal Federal - que, evidentemente, também deve ser questionado.

Adilson Gonçalves

PAX AMERICANA

Os Estados Unidos já deram o que tinham de dar. Destruíram boa parte do seu meio ambiente, dizimaram seus índios e poluíram seus rios. Iludiram boa parte do mundo com seu sistema democrático, não distribuíram suas riquezas com o seu povo e prejudicaram muitas nações com esse sonho americano. Enriqueceram à custa do empobrecimento de bilhões de seres humanos mundo afora. A natureza não suporta mais seu ritmo de vida.

José Carlos Gama

ARENA DECISIVA

O ambiente político sempre foi violento e misógino. A diferença é que, na atualidade, cada vez mais vemos as mulheres inseridas nele, e elas não estão se calando. Estão trazendo à tona o que acontece. A questão é que preci-

samos fortalecer os discursos e apontar, cada vez mais, as violências sofridas.

Bruno Araújo

BOLHA PASTORAL

Essa campanha tem de ser muito bem pensada. A militância precisa agir de forma coordenada e buscar trabalhar com dados concretos e com a razão. A questão das igrejas não é apenas ideológica; não se trata de visões conflitantes entre progressistas e lideranças religiosas. A esquerda sempre dialogou com as periferias e as classes menos privilegiadas. O que vemos é um conflito: dois atores disputando a liderança dessa parte da sociedade.

Sóstenes Palha de Miranda

ALÉM DO ESPERADO

O Agente Secreto é só um filme ambientado nos anos 1970, período de graves perseguições promovidas pela ditadura - prisões, torturas, assassinatos, censura e exílio. Por qual motivo isso incomoda tanto a extrema-direita? Convém lembrar que "golpe de Estado" dá uma cadeia braba, com direito a soluços e barulho de ar-condicionado.

Djalma Eudes dos Santos

Wagner Moura e Kléber Mendonça. Se o baiano tem o molho, o pernambucano tem o tempero... Mistura deliciosa. Viva o Nordeste!

Ivanildo Luís

Viva a arte brasileira. Viva o cinema brasileiro. Viva a democracia.

Gerson Toigo

VARA Nº 170

Achei a charge ofensiva para com o empreendedor brasileiro. Posta mais!

André Catani

Excelente. Seria cômico, se não fosse trágico.

Paulo Borges

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br

A Semana

Recorde de desaparecidos

O Brasil registrou, em 2025, mais de 84 mil casos de pessoas desaparecidas, segundo dados repassados pelos estados e pelo Distrito Federal ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp). Trata-se do maior número desde o início da série histórica, iniciada em 2015, superando, inclusive, os patamares observados antes da pandemia de Covid-19. A taxa nacional chegou a 39 registros por 100 mil habitantes. Para a coordenadora de Políticas sobre Pessoas Desaparecidas, Iara Buoro Sennes, a leitura desses dados exige cautela, já que há subnotificação de casos de localização, muitas vezes não comunicados pelas famílias das vítimas. Ela também aponta que o estímulo ao registro imediato contribui para a elevação dos números, refletindo maior visibilidade e conscientização sobre o tema.

Educação/ A Casa-Grande em surto

Justiça suspende a lei estadual que proíbe cotas raciais em Santa Catarina

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina suspendeu, em decisão liminar, os efeitos de uma lei que proibiu a adoção de cotas raciais nas universidades do estado. De autoria do deputado Alex Brasil, o texto foi sancionado pelo governador Jorginho Mello, ambos filiais ao PL. Sob o pretexto de “resgatar a meritocracia”, a norma só autoriza a reserva de vagas para alunos de escolas públicas, de baixa renda ou com deficiência. Qualquer outro critério estaria vetado, inclusive na contratação de professores, técnicos e outros profissionais. O descumprimento poderia resultar em multas de até 100 mil reais por edital, além da perda de repasses estaduais.

A decisão da desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta, proferida na terça-feira 27, atendeu a um pedido do diretório estadual do PSOL. A magistrada avaliou que a lei catarinense é “dissonante” da interpretação consolidada do Supremo Tribunal Federal, que reconhece a legitimidade das ações afirmativas, e apontou a plausibilidade de sua inconstitucionalidade. Ela concedeu prazo de 30 dias para que o Executivo e a Assembleia Legislativa prestem esclarecimentos ao Judiciário.

O caso também chegou ao STF. Diversos partidos e organizações da sociedade civil protocolaram ações contra a lei catarinense que proíbe as cotas raciais no estado. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sustenta que a norma desrespeita a autonomia universitária e viola o princípio constitucional da vedação ao regresso social. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria observa que o estado “cria uma norma de exclusão estrutural em um campo particularmente sensível: a porta de entrada para a formação superior”. O PT ressalta que o Supremo já declarou a constitucionalidade das cotas raciais no ensino superior.



Mello parece empenhado em restaurar os privilégios da população branca

Em ação conjunta com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a ONG Educafro, o PSOL lembra que a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) adota cotas raciais desde 2011 e, após sua implementação, a proporção de estudantes negros saltou de 6,4% para 17,6%. “Embora significativo, esse número ainda está abaixo dos 23,2% da população negra no estado (Censo 2022), evidenciando a necessidade de continuidade da política”, afirmam os autores. Relator do caso no STF, o ministro Gilmar Mendes fixou prazo de 48 horas para que o governo Mello e a Assembleia Legislativa expliquem a proibição prevista na lei. Difícil será justificar a ameaça de multa e suspensão de repasses a instituições que, na prática, cumprem o dever constitucional de combater as disparidades raciais no País.

Eleições/ Três no páreo

Ronaldo Caiado filia-se ao PSD e disputa candidatura presidencial com Ratinho Jr. e Eduardo Leite

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, anunciou, na terça-feira 27, que deixou o União Brasil e se filiou ao PSD. Sem espaço no antigo partido para disputar a Presidência da República em 2026, ele vinha negociando com outras legendas, como o Podemos e o Solidariedade, mas acabou optando pela sigla presidida por Gilberto Kassab. O PSD já abriga, porém, outros dois governadores com ambições presidenciais: Ratinho Júnior, do Paraná, e Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul. Caiado sabe que a candidatura continua em disputa: “O que sair daqui candidato terá o apoio dos demais”.

Preterido nas negociações, o deputado federal Paulinho da Força, do Solidariedade, avalia que o governador de Goiás “caiu na conversa fiada” de Kassab ou simplesmente desistiu de concorrer. “Ele estava num can-



Se espremer bem, sai algum candidato realmente viável?

to, agora foi para um beco”, debochou. Na última pesquisa Datafolha, divulgada em dezembro, Caiado oscilava entre 6% e 7% das intenções de voto no primeiro turno, a depender do cenário. Ratinho Júnior aparecia com índices entre 10% e 12%, enquanto Eduardo Leite não foi testado. Os números dizem respeito ao levantamento estimulado, em que os nomes dos candidatos são apresentados aos eleitores. Nas menções espontâneas, nenhum deles passou de 1%. Ainda que tentem sair unidos, como prometem, é difícil imaginar que consigam superar Flávio Bolsonaro, com apoio declarado do pai.

Enfim, uma porta aberta na Europa

Enquanto Estados Unidos e grande parte das nações europeias endurecem regras para imigração e asilo, a Espanha trilha um caminho alternativo. O governo de Pedro Sánchez anunciou a regularização de imigrantes em situação irregular, concedendo residência legal de até um ano e facilitando vistos de trabalho para quem chegou antes de 31 de dezembro de 2025, desde que os solicitantes não tenham antecedentes criminais e comprovem residir no país há ao menos cinco meses. Segundo a ministra das Migrações, Elma Saiz, a medida deve beneficiar mais de 500 mil estrangeiros, em sua maioria latino-americanos ou africanos que atuam nos setores agrícola, turístico ou de serviços, pilares da economia espanhola em expansão. Os pedidos poderão ser feitos até 30 de junho, com promessa de tramitação ágil.

Saúde/ TRATAMENTOS ACESSÍVEIS

A ANVISA LIBERA O CULTIVO E EXPANDE O USO DA CANNABIS MEDICINAL NO PAÍS

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária aprovou, na quarta-feira 28, uma resolução que amplia o acesso a terapias à base de *cannabis* no Brasil. A nova norma autoriza a venda de canabidiol em farmácias de manipulação e permite que empresas e associações cultivem a planta no País, desde que o material seja destinado à fabricação de medicamentos previamente aprovados. A produção deverá ser controlada e compa-

tível com a demanda informada à agência. Também ficam liberadas a importação da planta ou de extratos e a comercialização de produtos de uso bucal, sublingual e dermatológico, com limite de até 0,3% de THC.

A Anvisa anunciou ainda a criação de um comitê interministerial para garantir fiscalização em toda a cadeia produtiva. As mudanças atendem à determinação do Superior Tribunal de Justiça para regula-

mentar o uso medicinal da *cannabis* e foram recebidas com otimismo por entidades do setor, que veem redução da insegurança jurídica e avanço no debate público. O Brasil soma 873 mil pacientes em tratamento com remédios à base da planta, segundo o anuário da consultoria Kaya Mind, de 2025. Mesmo com todas as restrições legais, o faturamento anual do segmento aproxima-se de 1 bilhão de reais.



O canabidiol poderá ser vendido até em farmácias de manipulação

A Semana

Do Caribe para o Golfo Pérsico

O presidente dos EUA, Donald Trump, renovou suas ameaças ao Irã na quarta-feira 28, afirmando que uma operação militar será considerada, caso Teerã não feche um acordo nuclear com Washington. “Uma enorme armada está a caminho do Irã. Ela se move rapidamente, com grande poder, entusiasmo e determinação. É uma frota maior, liderada pelo magnífico porta-aviões Abraham Lincoln, do que a enviada à Venezuela. Está pronta, disposta e apta a cumprir sua missão rapidamente, com velocidade e violência, se necessário”, escreveu o presidente em sua rede, a Truth Social. Em resposta, o perfil oficial da missão do Irã junto à ONU disse que “está pronto para o diálogo baseado no respeito mútuo e nos interesses comuns, mas se pressionado, se defenderá e responderá como nunca antes”.

EUA/ Minneapolis em chamas

Assassinato de enfermeiro reacende protestos e obriga Trump a recuar



O assassinato do enfermeiro Alex Pretti por agentes federais no sábado 24, durante um protesto em Minneapolis, forçou Donald Trump a um inédito recuo em sua violenta caçada aos imigrantes ilegais nos EUA. Pretti estava imobilizado por oficiais do CBP – a agência de Controle de Alfândega e Proteção de Fronteiras – quando recebeu ao menos dez tiros, vários pelas costas, enquanto tentava registrar a ação com o celular.

Inicialmente, o governo ainda tentou responsabilizá-lo, difundindo a fantasiosa versão de que ele teria ameaçado os agentes com uma arma antes de ser baleado. Kristi Noem, secretária de Segurança Interna, chegou a chamá-lo de “terrorista doméstico”, mas a farsa desmoronou rapidamente com a divulgação de vídeos que mostram que Pretti jamais sacou sua pistola, legalmente registrada, e que apenas buscava documentar em vídeo a abordagem policial.

Com a mentira exposta, os protestos voltaram a crescer e congressistas do Partido Democrata passaram a defender o *impeachment* de Noem. Pressionado até por aliados a recuar, Trump afastou os agentes envolvidos na morte de Pretti e dispensou o comandante da operação do CBP em Minneapolis, Gregory Bovino, que reassumirá uma unidade na Califórnia até se aposentar nos próximos meses, segundo noticiou a mídia norte-americana.

O presidente também prometeu, em conversa telefônica com o prefeito de Minneapolis, Jacob Frey, retirar parte dos agentes do ICE, o Serviço de Imigração e Fiscalização Aduaneira, que protagonizaram os primeiros episódios de violência. Em troca, pediu que Frey revogasse o *status* de “cidade-santuário”, que permite maior tolerância a imigrantes em situação irregular no local. Diante da recusa do democrata em colaborar com suas violentas batidas policiais, voltou a ameaçar: “Está brincando com fogo”.

PEDRO SERRANO

Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)



Trumpismo

► **Estamos diante da ascensão de uma nova extrema-direita dotada de elevadíssimo potencial autoritário, assim como a clássica extrema-direita nazifascista, mas com novas vestes e novo instrumental**

As formas de autoritarismo do século XXI possuem determinadas especificidades quando comparadas àquelas do século anterior. Ainda que identifiquemos elementos de continuidade, as manifestações dos últimos anos, por estarem diluídas na rotina democrática, tornam o tema ainda mais desafiador.

O autoritarismo deixou de ser a manifestação de um estado de exceção em sua acepção clássica para dar lugar às medidas de exceção associadas à produção fractal e líquida. Ou seja, deparamo-nos com um estado de exceção que se manifesta por medidas de exceção, não por governos de exceção. Em outras palavras, utilizamos a denominação autoritarismo líquido para falar dessa nova natureza das medidas de exceção no interior das rotinas democráticas, por se tratar de medidas fragmentadas, cirúrgicas, acionadas sob uma aparência de legalidade, o que torna sua identificação mais difícil.

Essa nova forma de autoritarismo é identificada no governo de Donald Trump, no âmbito do qual foram adotadas medidas que restringem o direito a livre expressão por parte de cientistas e

pesquisadores e os direitos de imigrantes, que colocam em xeque o multilateralismo e a soberania das nações, e que visam, em escala ampla, fragilizar as instituições domésticas de controle do poder e de tutela dos direitos sociais.

Nas fronteiras norte-americanas identificamos o esvaziamento de direitos dos imigrantes, em face dos quais tem sido adotada a força bruta. Deportações cruéis e degradantes, amparadas em violência e desrespeito à integridade física e moral, objetivam transmitir o contundente recado de que o outro ali não será aceito. Trata-se de um recado categórico de uma nova forma de tratar o inimigo, desumanizando-o ao subtrair a proteção jurídica e política mínima que qualquer corpo humano deveria ter direito em face de todo e qualquer poder político.

Mais recentemente, o trumpismo passou a insurgir-se contra o multilateralismo, bem como sobre a arquitetura institucional de Direito internacional público construída após as duas grandes guerras mundiais, e sobre a soberania das nações.

A desumanização levada a efeito pela exceção ocorre escolhendo o inimigo e nomeando-o. É a linguagem que desumaniza o inimigo por meio do enquadramento em determinada categoria supressora de qualquer individualidade, seja enquanto ser humano, seja enquanto Estado dotado de soberania.

Tais exemplos nos levam a afirmar, enfaticamente, que os Estados Unidos vivem um momento especialmente autoritário, colocando por terra a imagem de que já assumiram incondicional – ou ao menos relevante – posição na tutela dos direitos em escala global.

Isso é grave e vai ter repercussões profundas não apenas na vida norte-ameri-

cana, mas no mundo todo. Estamos diante da ascensão de uma nova extrema-direita dotada de elevadíssimo potencial autoritário, assim como a clássica extrema-direita nazifascista, mas com novas vestes e novo instrumental. Medo, ódio e insegurança estão sendo capturados pelo soberano por meio de discursos pretensamente racionais e legitimadores da imposição de mecanismos de segregação e violência, em prejuízo da pluralidade e da tolerância.

Os exemplos aqui citados, aos quais se somam muitos outros, tais como o enfraquecimento de órgãos multilaterais de defesa de direitos, guerra comercial e utilização do caos e da força bruta como instrumentos cotidianos de formação de capital político, nos levam a alertar que a história humana não ocorre por fases estanques, como às vezes a descrição didática em períodos transparece ao inadvertido. Ao contrário, ela se revela por meio de processos complexos, nos quais elementos de conformação política e social do período anterior podem ser – e comumente são – identificados nos subsequentes. Inexistem, inclusive, garantias contra retrocessos e involuções civilizatórias.

A análise do autoritarismo líquido, assim intitulado por não se assumir como tal, não ser uniforme e minar, em intensidades variadas, os âmbitos da vida democrática, impõe aprofundado estudo dos fatores de desestabilização e de subversão dos direitos fundamentais e da democracia. O enfrentamento à gradual fragilização dos espaços e dos sentidos da democracia e da relação de pertencimento à sociedade requer que desnudem os artifícios das novas formas de autoritarismo enfraquecedoras do nosso pacto civilizatório e do arranjo de soberania das nações tal como conquistado duramente. •

redacao@cartacapital.com.br

CAPA

Mão amiga



O GOVERNADOR IBANEIS ROCHA É
FIGURA CENTRAL NA INVESTIGAÇÃO
SOBRE O BANCO MASTER

por ANDRÉ BARROCAL

Daniel Vorcaro, dono do finado Banco Master, esteve com o presidente Lula no Palácio do Planalto no fim de 2024, levado por Guido Mantega, ministro da Fazenda no segundo mandato do petista e, à época da reunião, consultor da instituição financeira. Buscava apresentar ao governo federal sua versão sobre o que considerava uma perseguição de rivais poderosos no sistema financeiro. Em vão. Sob a batuta de Gabriel Galípolo, indicado por Lula, o Banco Central fechou o Master em novembro passado. Ricardo Lewandowski também havia se tornado consultor de Vorcaro depois de deixar o Supremo Tribunal Federal em 2023. O presidente sabia do contrato ao nomeá-lo ministro da Justiça. Se o banqueiro esperava ter no ex-juiz um defensor no governo, equivocou-se. Com Lewandowski na Justiça, o mineiro foi preso pela Polícia Federal em novembro, durante a Operação Compliance Zero, que investiga o banco. Tanto Mantega quanto Lewandowski tornaram-se consultores do Master por sugestão do líder de Lula no Senado, Jaques Wagner, do PT da Bahia, amigo de um conterrâneo e ex-sócio de Vorcaro, Augusto Lima.

Essas informações têm recheado o noticiário. Para quem acompanha o escândalo, parece até que o governo Lula é o “vilão” do enredo, tamanho o destaque dado ao *lobby*, malsucedido, tudo indica, de Vorcaro. Seria uma forma de desviar o foco dos verdadeiros “amigos” do banqueiro encastelados no Centrão e no bolsonarismo? O antecessor de Galípolo no BC, Roberto Campos Neto, foi levado ao cargo por Jair Bolsonaro. Durante seu mandato, a autoridade monetária autorizou o Master a funcionar, em 2019, como parte de um plano de incentivar o surgimento de instituições menores que enfrentassem os tubarões. Ao longo da gestão de Campos Neto no BC, o Master começou a ter pro-

**POR CONTA DA
RELAÇÃO COM
VORCARO, O
EMEDEBISTA VIROU
ALVO DE DOIS
PEDIDOS DE
IMPEACHMENT NO
DISTRITO FEDERAL**

blemas de caixa e a levantar desconfianças na Faria Lima quanto à sua solidez. O banqueiro central, protegido pela mídia e pelos pares do setor financeiro, não tomou providências, exceto por um mal explicado ultimato de dezembro de 2024, dias antes de passar o leme a Galípolo. Preferiu apostar na “mão invisível do mercado”. A omissão, ou a demora, do BC à época levou o Ministério Público a requerer ao Tribunal de Contas da União que investigasse o caso e para uma tentativa de convocação de Campos Neto à CPI do INSS.



À Polícia Federal, Vorcaro afirmou ter falado com o emedebista sobre a operação com o BRB

Cláudio Castro, governador do Rio de Janeiro pelo PL de Bolsonaro, é outra figura em cena. O fundo de pensão dos servidores e aposentados fluminenses, o Rioprevidência, investiu 1 bilhão de reais no Master quando a sobrevivência do banco era incerta. Não à toa, a PF saiu às ruas há alguns dias para vasculhar o fundo de pensão. O comprometimento dos proventos dos servidores é uma pedra no caminho das pretensões eleitorais de Castro.

Ninguém, no entanto, simboliza melhor a mão amiga – e visível – da oposição a Vorcaro do que o emedebista Ibaneis Rocha, governador do Distrito Federal. O BRB, banco público de Brasília, levou um prejuízo de quase 5 bilhões de reais na compra de carteiras de crédito questionáveis do Master nos últimos dois anos. E ainda quis adquirir 58% do capital total da instituição privada, por 2 bilhões de reais, no momento em que ninguém no setor financeiro punha fé no conglomerado. Em março de 2025, havia uma oferta simbólica de 1 real pelo Master, da lavra do BTG de André Esteves, cujas divergências com Vorcaro são notórias.

A situação do governador piorou após a divulgação do depoimento do banqueiro mineiro à PF. Vorcaro tinha sido ouvido em 30 de dezembro, no inquérito em curso no Supremo que apura os negócios entre o Master e o BRB. No dia do interrogatório, a delegada Janaína Palazzo ouviu ainda Paulo Henrique Costa, presidente do BRB afastado do cargo pela Justiça em novembro, e Ailton de Aquino Santos, diretor de Fiscalização do BC. No depoimento, Santos estimou em quase 5 bilhões o buraco no BRB decorrente das transações com o Master. A delegada perguntou a Vorcaro se ele havia falado com Rocha a respeito da venda de parte do banco ao BRB. Resposta: “Conversei em algumas poucas oportunidades, sim”. Diálogos que teriam ocorrido nas casas de ambos, segundo o depoente.

O governador admitiu ter encontrado o banqueiro ao menos uma vez, em um almoço na residência de Vorcaro, em

CAPA

Brasília. Teria, porém, “entrado mudo e saído calado”. Seus adversários não acreditam na versão e montaram uma ofensiva para tirá-lo do cargo. Há dois pedidos de *impeachment*, ambos por crime de responsabilidade, propostos por PSOL, PSB e Cidadania. E dois para que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, abra um inquérito. Um de autoria do PSOL, ancorado na Lei do Colarinho Branco, e outro coletivo de PT, PDT, PCdoB, PV e Rede, baseado em crime comum e de improbidade. “Presidentes falam com banqueiros, como o Lula falou com o Vercaro. O diferente no caso do Ibaneis é que a conversa teve desdobramento. O governador atuou como lobista do Master. Isso não é só questionável, é crime”, diz Fábio Félix, deputado psolista na Assembleia Legislativa de Brasília.

O “desdobramento” provocou “prejuízos bilionários” ao Distrito Federal

O GOVERNADOR VISLUMBRAVA, NA ASSOCIAÇÃO COM O MASTER, A EXPANSÃO NACIONAL DO BRB

e ao BRB, como ressaltam o pedido de *impeachment* de PSB e Cidadania e a representação de PT, PDT, PV, PCdoB e Rede. É o resultado de um arranjo que juntou a fome com a vontade de comer, além de farta camaradagem. Governador desde 2019, o bolsonarista resolveu turbinar o BRB, dar-lhe musculatura para voos nacionais. A instituição patrocinou a Fórmula 1 e o Flamengo. Sem dar a mesma publicidade, foi generosa com alguns ri-

caços, incluído o próprio Rocha, que declarou patrimônio de 79 milhões de reais na última eleição. O emedebista comprou no ano passado uma fazenda obtida pelo banco na esteira da execução da dívida de um cliente. Pagou 60% do valor da propriedade, em um leilão. Em 2024, tinha adquirido uma suíte de 2 milhões de reais em São Paulo com dinheiro emprestado pelo BRB com juro de pai para filho.

O senador Flávio Bolsonaro, do PL do Rio, tirou proveito do juro de camarada, ao comprar uma casa de 6 milhões de reais em Brasília. Rocha fez de tudo para que a atual morada do pai de Flávio não fosse o presídio da Papuda. Seus subordinados quiseram convencer o Supremo de que na capital do País não havia estabelecimento prisional apropriado para o “frá-



A instituição financeira ainda não divulgou os resultados do terceiro trimestre, mas até o dia 13 de fevereiro terá de mostrar os números



gil” Jair Bolsonaro cumprir a pena de 27 anos por tentativa de golpe. O governador, aliás, escapou por, digamos, um golpe de sorte de engrossar o banco dos réus após o quebra-quebra de 8 de janeiro de 2023 na cidade. Chegou a ser afastado do cargo por quase dois meses pelo STF. Seu secretário de Segurança Pública da época, Anderson Torres, foi condenado juntamente com Bolsonaro. A então cúpula da PM de Brasília também, em um julgamento a ser concluído em fevereiro.

De volta ao imbróglia atual. Ao mesmo tempo que Rocha sonhava com um BRB nacional, o Master aventurava-se por trilhas que o levariam à beira do precipício. Na fase expansionista após o aval do BC de Campos Neto, a instituição havia vendido títulos com a promessa de pagar remuneração acima da média do mercado. O dinheiro captado foi aplicado em negócios de retorno baixo ou incerto, em empresas em dificuldades. Quando chegou a hora de resgatar os papéis e pagar os investidores, não havia recursos suficientes. A enrascada ficou clara em 2024, conforme um relatório do BC que aponta a combinação de crise de liquidez e reputação. O Master recorreu à venda da carteira de crédito. Receberia de imediato dinheiro que entraria no cofre mais adiante. O BRB foi magnânimo. Topou adquirir os títulos.

De novembro de 2024 em diante, o banco de Vercara passou a vender ao

Costa, ex-presidente do BRB, foi afastado do cargo pela Justiça. Capelli, ex-interventor no DF, acusa o banco estatal de internalizar fraudes



BRB carteiras que não eram suas originalmente, mas de uma empresa criada por aqueles dias, a Tirreno. Uma firma de fachada para dar aparência de normalidade às transações. Dizia ter carteira de crédito consignado e vendeu-a ao Master, que por sua vez a repassou ao BRB. Detalhe: um ex-funcionário do banco mineiro assumiu o controle da Tirreno sete meses depois do nascimento da empresa. O BC examinou 30 contratos de empréstimo consignado da companhia e não comprovou sua veracidade. Na análise seguinte, de cem contratos, naquela

altura contabilizados no BRB, identificou duplicidade. Era como se o Master tivesse negociado com a instituição pública a mesma mercadoria duas vezes. Tudo somado, o BRB injetou 12 bilhões de reais em troca de uma ficção.

Por ocasião da tentativa de aquisição de metade do Master pelo banco público, o governador jactou-se em uma entrevista. “Vamos falar a realidade”, comemorou. “Tiramos o BRB da Polícia Federal, como estava no governo anterior, e levamos para a Faria Lima (...) Pensaram que eu estava vendendo o BRB e estamos comprando o Banco Master.” Era o contrário. A aquisição, anunciada no mês anterior, tinha, diz o BC, a intenção de acoberbar trambuges. Quando a autoridade monetária proibiu a operação, Rocha ficou inconformado: “Mais uma vez, PT e PSB agiram contra o DF”. Era uma referência aos partidos de Lula e Geraldo Alckmin, vice-presidente. “Tudo indica que o BRB estava internalizando as fraudes do Master”, acusa Ricardo Cappelli, ex-interventor na Segurança Pública do DF e pré-candidato pelo PSB ao governo distrital. “O Paulo Henrique Costa (ex-presidente do BRB) não faria isso sozinho, sem o aval do governador.” No depoimento à PF, em dezembro, Costa admitiu ter falado com Rocha a respeito da aquisição.

O ex-presidente do BRB é próximo do senador Ciro Nogueira, presidente do PP e conterrâneo piauiense de Rocha.

Quando o emedebista resolveu concorrer ao governo distrital em 2018, Nogueira foi o primeiro a ser consultado. A vice-governadora, Celina Leão, é do PP e deseja concorrer à sucessão em outubro. Na eleição passada, o PP tinha apoiado Flávia Arruda, hoje Flávia Peres, para o Senado. Peres (ex-Arruda) é do PL de Bolsonaro e foi colega de Nogueira no governo do capitão, ambos os ministros no Palácio do Planalto. Derrotada em 2022, a candidata foi trabalhar no Master co-

CAPA

mo diretora de Relações Institucionais, cuja função era fazer contatos políticos. Casou-se posteriormente com Augusto Lima, o baiano amigo de Wagner e sócio do Master até 2024. Nogueira, recorde-se, tentou dar uma forcinha ao banco de Vercaro ao propor no Congresso uma mudança na Constituição para ampliar a cobertura do Fundo Garantidor de Crédito, que ressarcia até certo limite o dinheiro de aplicadores em instituições com problemas de liquidez.

O atual presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, é paulista, mas fez carreira no setor bancário no Piauí. É ligado a Nogueira. Tem quebrado a cabeça em busca de uma solução que cubra o rombo da instituição sem afetar os cofres do Distrito Federal. Caso verba pública seja injetada no banco, Rocha ficará em situação mais delicada. Haverá uma cifra para resumir o prejuízo causado por sua gestão ao Erário. Souza convidou para almoços em fevereiro, em São Paulo,



Campos Neto ignorou as informações a respeito da frágil situação do Banco Master

influenciadores digitais. Tradução: garotos-propaganda remunerados. O executivo pretende apresentar-lhes suas ideias e topa financiá-los para que falem bem do BRB na *web*. Quando caiu em desgraça, no fim do ano passado, o Master arquitetou uma operação inversa, para *influencers* falarem mal do BC. Os intermediários da engrenagem abordaram

influenciadores com o seguinte argumento: “Caso de repercussão nacional. Gente grande. Esquerda e Centrão envolvidos”. Autorizada por Dias Toffoli, do Supremo, a PF abriu um inquérito para investigar a formação da milícia digital.

Segundo Cappelli, aproxima-se o ‘dia D’ para o BRB. Seria 15 de fevereiro, data da publicação obrigatória do balanço anual. Nesse momento se tornará público o tamanho do rombo apurado pelo próprio banco e o que será feito para

BODE NA SALA

Até quando o ministro Dias Toffoli tocará o inquérito?

O bode na sala no escândalo do Banco Master sairá do aposento? Sobram motivos para crer que o ministro José Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, não sobreviverá no papel de juiz supervisor da investigação policial sobre a fraude bancária. A dúvida é se deixará o recinto por vontade própria ou na marra.

Toffoli foi jogado às feras pelo presidente da Corte, Edson Fachin, e pelo Palácio do Planalto. Enrolado em despa-

chos extravagantes sobre o caso e em um resort a respeito do qual faz cara de paisagem, é defendido por poucos.

Basicamente, dois colegas: Gilmar Mendes, que age nos bastidores e em público, e Alexandre de Moraes, que prefere o primeiro método.

O Supremo reabre em 1º de fevereiro, mas Fachin antecipou o fim das férias para sondar os integrantes do tribunal sobre a situação de Toffoli. Após as consultas, deu várias entrevistas e, em uma delas,

afirmou: “Há uma suscitação de que não há razão desse processo estar no STF”.

As investigações estão lá graças a Toffoli. Em dezembro, o juiz concentrou na Corte apurações em curso em varas de Brasília e São Paulo. Era um pedido da defesa de um ex-diretor do Master. O advogado havia viajado de avião com Toffoli ao Peru dias antes. Baseou a solicitação em um contrato imobiliário achado pela Polícia Federal na casa do dono do Master, Daniel Vercaro. O acor-

do era com um deputado do PL da Bahia, João Carlos Bacelar, razão do foro privilegiado.

Há um roteiro capaz de servir de saída honrosa a Toffoli. O magistrado pode concluir que Bacelar nada tem a ver com o caso. O passo seguinte seria devolver os processos às instâncias inferiores. O próprio ministro abriu um precedente em relação ao empresário Nelson Tanure, apontado como sócio oculto do Master.

O script geral depende do fim das investigações da PF, em março, e da posição do procurador-geral da República, Paulo Gonet. Se ninguém incriminar Bacelar,



tapá-lo. As demonstrações contábeis do terceiro trimestre de 2025 não saíram até hoje. Questionado por *CartaCapital* sobre o motivo da não publicação e se há relação com o caso Master, o BRB não respondeu. Está em curso, afirma a instituição, uma auditoria independente sobre a situação interna, levada adiante pelo escritório de advocacia Machado Meyer, especializado em compliance e investigações, com suporte da Kroll, uma multinacional da área de riscos de mau

Gonet, procurador-geral, recebeu dois pedidos para abertura de inquérito contra Rocha

histórico no Brasil. O trabalho deve ser concluído nas próximas semanas.

O governador também não respondeu às perguntas da revista. Rocha conta com ampla maioria na Assembleia Legislativa e dificilmente prosperarão os pedidos de *impeachment* ou a abertura de uma CPI. O início do processo de cassação depende em primeiro lugar do presidente da casa,

o deputado distrital Wellington Luiz, comandante do MDB em Brasília. A esperança da oposição reside no eventual aparecimento de fatos novos e no acirramento do jogo eleitoral deste ano. Vorcaro deve depor em 5 de fevereiro na CPI do INSS. Incriminará Rocha? O escândalo vai influenciar o voto do eleitor brasileiro? Em caso afirmativo, aumentam os riscos para o governador, inclinado a disputar uma vaga no Senado, o que o obrigaria a deixar o comando do DF em abril. O plano continua de pé? Largar o governo lhe custaria o foro privilegiado e o poder de influência do cargo.

Há a possibilidade de a eleição rachar o bolsonarismo em Brasília e complicar as pretensões de Rocha. O emedebista imaginou candidatar-se ao Senado em dobradinha com Michelle Bolsonaro (estão em disputa duas vagas por estado). A deputada federal bolsonarista Bia Kicis, do PL, também cobiça uma indicação e pode movimentar-se politicamente para inviabilizar o governador e ser a parceira de Michelle nas urnas. A temporada de punhaladas está aberta. •

Toffoli manda os processos de volta à primeira instância.

Existe um cenário alternativo, pior para o ministro. Toffoli seria derrotado no voto por colegas, na hipótese de alguma autoridade (Gonet, por exemplo) cobrar do STF que o caso desça à primeira instância por ausência de foro privilegiado envolvido. O requerimento iria a julgamento na turma da qual Toffoli faz parte. Dos demais quatro integrantes, ele conta apenas com o apoio de Mendes, tutor do colega a partir do governo Dilma Rousseff. Parece sentir-se alvejado pela cruzada de Fachin por um código de conduta no STF, assunto de

uma reunião marcada para 12 de fevereiro no tribunal. Mendes está por trás do IDP, faculdade patrocinadora de evento com figurões em Portugal.

E Moraes? É colega de faculdade de Toffoli, formaram-se juntos em 1990. Além disso, sua esposa é uma advogada que esteve a serviço do Master. E Lula? Responsável por indicar o ex-advogado-geral da União para uma vaga no tribunal em 2009, tem criticado o juiz a portas fechadas, conforme uma operação montada no Planalto para afastar o presidente da investigação. O petista quer punição, doa a quem doer.



Toffoli tem a oportunidade de devolver o caso à primeira instância

O Código do Judiciário

A DEMOCRACIA NÃO VAI SOBREVIVER
SE O PODER JUDICIÁRIO AFUNDAR SUA
REPUTAÇÃO NO LODAÇAL DO NARCISISMO

por LUIZ GONZAGA BELLUZZO

O atual presidente do STF, ministro Edson Fachin, sugeriu a elaboração de um Código de Conduta para disciplinar o comportamento de magistrados em todas as instâncias do Poder Judiciário.

Nada mais trágico para a sociedade brasileira do que a perda de legitimidade e de reputação do Poder Judiciário. Esse poder da República resistiu bravamente às incursões do totalitarismo bolsonarista.

Há que se considerar que a regra da separação e do equilíbrio harmônico dos poderes não pode ser substituída pela autonomização dos Poderes da República, ao se apresentarem uns diante dos outros como poderes autônomos e rivais preocupados em assegurar as próprias prerrogativas. A democracia não vai sobreviver se o Poder Judiciário afundar sua reputação no lodaçal do narcisismo.

As recentes exhibições de narcisismo de autoridades nas redes sociais são um

exemplo de como os deveres republicanos se dissolvem diante dos esgares incontroláveis da subserviência aos valores do mundo das celebridades, coadjuvada pelo corporativismo.

Os processos sociais e econômicos que assolam o mundo contemporâneo são cruéis em suas contradições: adulam o sucesso individual e, no mesmo movimento, exercem o controle sobre os cidadãos, com o propósito de aniquilar os resíduos de sua capacidade crítica. Na era do ciberespaço, o domínio dos corações e das mentes é exercido por meio dos métodos desenvolvidos nos laboratórios mi-

diático-repetitivos, encarregados de remover as sobras de razão que os indivíduos imaginam preservar.

Os senhores da Justiça, adaptados, conformados, até mesmo confortados e felizes, são incapazes de compreender que sua individualidade é uma maçaroca sufocada nos aluviões das forças que promovem o aniquilamento pessoal.

Nas democracias modernas, se é que temos alguma coisa parecida, deveriam figurar entre as cláusulas pétreas, ademais da representação legitimada pelo voto, a impessoalidade na administração da coisa pública e a constituição de um sistema de poderes e garantias fundados na lei. Parece banal, mas é necessário repetir: é a consciência do dever legal que garante a legitimidade da ação dos agentes do Estado, nunca a invocação narcisista e autorreferida às próprias virtudes. Esse sistema de poderes e garantias, ancorado na lei, é o núcleo do Estado moderno.

Na era contemporânea, a fascinação por cintilações midiáticas e capturados pela instantaneidade estúpida das redes

**A PRIMEIRA VÍTIMA
DO POPULISMO
JUDICIÁRIO
DO NAZISMO FOI
O PRINCÍPIO
DA LEGALIDADE**



O Poder Judiciário resistiu bravamente às incursões do totalitarismo bolsonarista

sociais, os agentes do Estado descuidam da devoção à lei. (A lei, ora a lei.)

Quando os sentimentos e as pertinências particularistas dos agentes do Estado se sobrepõem ao dever funcional, a degradação do Poder Público atinge seu derradeiro estágio.

As recentes exposições de narcisismo de autoridades nas redes sociais são um exemplo impecável de como os deveres republicanos se dissolvem diante dos esgares incontroláveis da subserviência aos valores do mundo das celebridades, coadjuvada pelo corporativismo mais escancarado.

Para juntar ofensa à injúria, o noticiário que acompanhou as marchas e contramarchas do julgamento do Banco Master abrigou frequentes advertências dos comentaristas da mídia aos magistrados: deveriam estar atentos ao clamor das ruas. Quais ruas? Talvez aquelas palmilhadas pelos asseclas do bolsonarista Nikolas Ferreira.

As arengas recheadas de certezas dos jornalistas encaminham o discurso midiático para o beco sem saída da prestação jurisdicional do nacional-socialismo. O Estado alemão foi apropriado pelo “movimento” racial e totalitário nascido nas entranhas da sociedade civil. Os tri-

bunais passam a decidir como supremos censores e sentinelas do “saúdável sentimento popular”. A primeira vítima do populismo judiciário do nazismo foi o princípio da legalidade e o esmaecimento das fronteiras entre o que é lícito e o que não é.

Tanto a Deutscher Notarverein (Associação Alemã de Notários Públicos) quanto a Deutscher Anwaltsverein (Associação Alemã de Advogados) publicaram declarações nas quais saudaram “o fortalecimento do pensamento e do esforço nacional” e garantiram ao governo que se esforçariam de todas as maneiras para apoiar a “recuperação do Volk e do Reich”.

O que esses porta-vozes das profissões jurídicas na Alemanha nazista aparentemente não perceberam foi o fato de que os novos governantes já haviam começado a subordinar a lei apenas às suas convicções políticas e raciais.

Uma coincidência biológica me proporcionou a ventura de frequentar as lições de um juiz ao longo de 60 anos. Escolhi o discurso de 1965 proferido por ocasião de sua aposentadoria. Aposentou-se por temer a

invasão de suas prerrogativas de juiz independente por um esbirro fardado das oligarquias golpistas. Nada de heroico, apenas submissão aos valores liberais e republicanos que guiaram sua vida desde os tempos da Faculdade de Direito de São Paulo.

Ele falou aos amigos que o homenageavam: “Preferi a tranquilidade do silêncio ao ruído das propagandas falazes; não suportei afetações; as cortesias rasteiras, sinuosas e insinuantes jamais encontraram agasalho em mim; em lugar algum pretendi subjugar, mas ninguém me viu acorrentado a submissões; dentro de uma humildade que ganhei no berço, abominei a egomania e a idolatria; não me convenceram as aparências, e para as minhas convicções busquei sempre os escaninhos dos valores democráticos e republicanos.

No exercício das minhas funções de magistrado, diuturnamente, dei o máximo dos meus esforços para bem desempenhá-las, e, ainda que em meio de uma atmosfera serena e compreensiva, em nenhum momento transigi com a nobreza do cargo; escapei de juízos temerários, tomando cautelas para desembaraçar-me das influências e preferências determinantes de uma decisão”. •



Alvo estratégico

EDUCAÇÃO O governo federal lança uma ofensiva para atrair jovens talentos para a carreira docente

POR FABÍOLA MENDONÇA



Na quinta-feira 22, véspera do encerramento do prazo para os estudantes que fizeram o Enem cadastrarem suas notas no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Ministério da Educação (MEC) disparou uma men-

sagem em massa para quem obteve desempenho elevado no exame. O conteúdo incentivava os jovens talentos a investir na carreira de professor: “O Governo do Brasil tem uma boa notícia para você que fez o Enem 2025: sua nota ficou acima de 650 e você pode se enquadrar nos

critérios do Pé-de-Meia Licenciatura. O próximo passo é se inscrever em um curso presencial de licenciatura pelo Sisu”.

A iniciativa oferece bolsa mensal de 1.050 reais aos matriculados em cursos de formação docente. Desse valor, 700 reais vão diretamente para o aluno, en-



quanto os outros 350 reais são depositados em poupança, com saque previsto após a conclusão da graduação e a entrada em uma rede pública de ensino em até cinco anos – uma espécie de contrapartida exigida dos bolsistas.

Podem solicitar o benefício tanto os estudantes que ingressarem em uma universidade pública pelo Sisu quanto os contemplados pelo ProUni ou pelo Fies em faculdades privadas com conceito 5 ou 4 – nota também exigida para o curso escolhido pelo aluno. O Pé-de-Meia Licenciatura é um dos carros-chefes do programa Mais Professores, que acaba de completar um ano e já beneficiou 2,7 milhões de profissionais, impactando a vida de mais de 57 milhões de estudantes. Do total de assistidos nesse primeiro ano de implantação, 7 mil foram bolsistas de cursos de formação docente.

O esforço do governo tem um objetivo claro: reverter um cenário histórico de baixa atratividade da profissão. A estratégia parece ter dado certo. Em 2025, as matrículas nos cursos presenciais de licenciatura aumentaram 60% em relação ao ano anterior, com 9.113 ingressos de estudantes com nota igual ou superior a 650, ante 5.615 em 2024. No resultado geral, o crescimento no período foi de 21%, passando de 31.088 para 37.653 matrículas.

“A iniciativa se faz necessária, pois o desinteresse pela carreira pode criar um apagão de professores em breve: apenas 3% dos estudantes de 15 anos afirmam querer ser professores, conforme dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)”, pontua, em nota, o MEC, que busca estancar a histórica evasão dos cursos de licenciatura, que chega a 53% em Pedagogia e 73% em Física. Mesmo com esse cenário, é possível observar uma lenta, porém constante, evolução na procura pelo magistério. Dados do último Censo Escolar mostram que, em dez

O MEC oferece bolsa mensal de 1.050 reais para estudantes que se matriculem em cursos de licenciatura

anos, o número de professores na educação básica passou de 2.184.267, em 2014, para 2.367.777, em 2024. Também é perceptível a melhora na formação: no início da série histórica, 71,8% dos docentes haviam sido graduados em licenciaturas e, em 2024, esse índice chegou a 84,8%.

O Censo da Educação Superior confirma a tendência de crescimento das licenciaturas. Há 11 anos, havia 1.465.616 alunos matriculados, quase 300 mil a menos que em 2024, quando o número

chegou a 1.758.512. Em 2017, existiam 7.295 cursos na área de Educação, número que subiu para 7.859 em 2024. Pedagogia lidera tanto o número de ingressantes (4.484.251) quanto o de concluintes (1.832.378). Neste ano, o Sisu oferece 73,6 mil vagas em licenciaturas presenciais, com destaque para Ciências Biológicas, Pedagogia, Matemática, História e Geografia. A expectativa é que as inscrições cresçam ainda mais, já que o programa Mais Professores tornou-se mais conhecido entre os candidatos ao Enem. Os dados estavam previstos para divulgação na quinta-feira 29, após o fechamento desta edição de *CartaCapital*.

“A carreira de docente é a mais importante das profissões, porque por ela passam todas as outras. Dados objetivos mostram que o professor é responsável por mais de 60% da aprendizagem dos alunos. Depois de um ano de implementação do Mais Professores para o Brasil, temos um balanço muito positivo das ações até aqui”, destaca Camilo Santana, ministro da Educação. “Temos um conjunto de ações e esperamos que contribuam para uma cultura cada vez maior de valorização da profissão, para que nós não percamos nossos jovens com vocação e estimulemos os estudantes a cursar licenciatura. As oportunidades estão aí”, acrescenta o ministro, reforçando que, para este ano, o Pé-de-Meia Licenciatura deve distribuir 12 mil bolsas.

O Mais Professores também criou a Prova Nacional Docente, destinada a subsidiar estados, municípios e o Distrito Federal nos processos de seleção e ingresso no magistério, além de oferecer uma bolsa específica para incentivar professores a atuarem em regiões e áreas de conhecimento com carência de docentes. Segundo o MEC, em torno de 33% das vagas da educação básica não têm professores com formação adequa-



Nova profissão. Deisy Lemos decidiu trocar o jornalismo pelo magistério

Seu País

Mensagem no celular. Estudantes com elevado desempenho no Enem receberam convites para ingressar em cursos de formação docente

da à disciplina que lecionam, com maior incidência no Norte e Nordeste, especialmente nas áreas rurais, onde apenas 30,3% dos docentes dessas séries possuem a formação apropriada. O programa também prevê formação continuada e benefícios, em parceria com outros ministérios e órgãos públicos. Todos os anos, o ministério premia professores de escolas com melhor desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) com computadores, *tablets* e outros equipamentos.

Como forma de estimular a formação continuada, o Mais Professores oferece bolsas de 2,1 mil reais durante 24 meses para quem fizer curso de especialização. O benefício é destinado a graduados em licenciatura ou em curso de formação pedagógica reconhecido pelo MEC, em área de conhecimento voltada às etapas e modalidades da educação básica. Para ter direito, o bolsista precisa estar vinculado à rede de ensino e o curso escolhido deve ter prática pedagógica como foco, integrando teoria e prática docente.

O governo também aposta na valorização do piso nacional do magistério para atrair mais pessoas à carreira. Na quinta-feira 22, o presidente Lula assinou uma Medida Provisória concedendo um reajuste acima da inflação e do previsto em lei. Com aumento de 5,4%, o piso passou para 5,1 mil reais, 300 reais a mais que o anterior. A legislação obrigava reajuste de apenas 18 reais.

“Além do piso nacional, outro atrativo é a carga horária. Você faz um concurso de 200 horas, trabalha quatro horas diárias, e o governo remunera pela aula-atividade, o extraclasses. Também há a gratificação por titulação, concedida por mui-

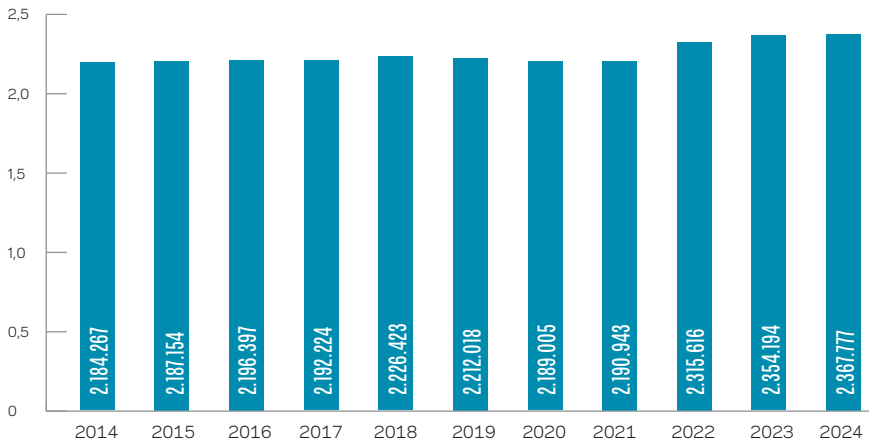


“O professor é responsável por mais de 60% da aprendizagem dos alunos”, diz Camilo Santana

tas prefeituras a quem tem pós-graduação”, ressalta a jornalista Deyse Lemos, que está mudando de profissão e investindo na carreira de docente. Recém-formada em Pedagogia, ela foi aprovada em um concurso e acabou de ser empossada como professora da Educação Infantil na prefeitura de Belo Jardim, no Agreste de Pernambuco. “Faz 20 anos que me formei em Jornalismo e, desde que entrei

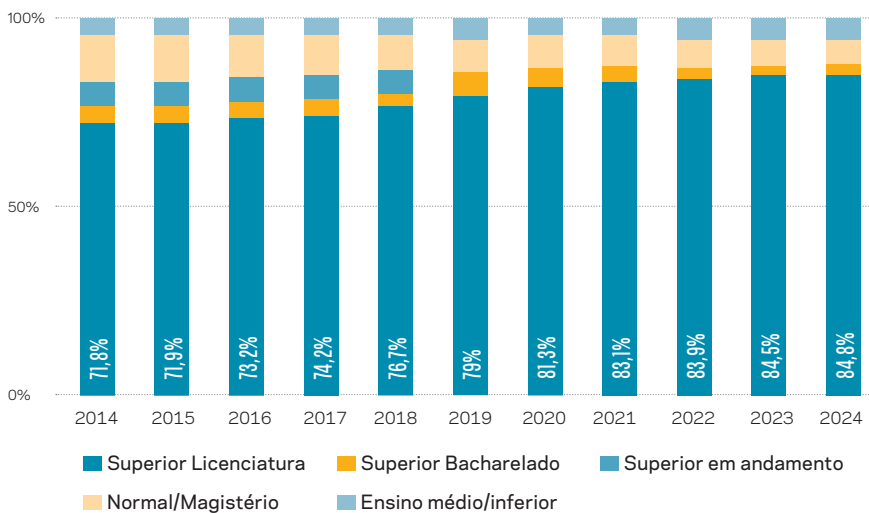
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROFESSORES

Educação básica - Brasil (2014-2024)



AVANÇO DA ESCOLARIDADE DOS DOCENTES (%)

Educação básica - Brasil (2014-2024)



Fonte: Inep

na faculdade, muita coisa mudou – para pior. Essa realidade me fez repensar minha trajetória. Então resolvi colocar em prática algo que já estava dentro de mim: ser professora”, explica.

Eduarda Nunes também descobriu sua vocação para o magistério. Ela já cursa Pedagogia em uma faculdade particular, mas deseja ser professora de Português. Fez o Enem novamente, obteve 540

pontos e espera ingressar em uma universidade pública no curso de Letras. “Eu amo a área da educação e a possibilidade de trabalhar com crianças. Para mim, é gratificante acompanhar uma fase tão importante da vida delas. Nasci para ser professora”, diz.

Fátima Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), reconhece os esfor-

ços do governo para resgatar a carreira do magistério, mas afirma que eles ainda não garantem a valorização do professor. “Essas políticas são fundamentais, mas não bastam. É preciso uma carreira que ofereça condições de trabalho, com concurso público, pagamento do piso desde o início da profissão e perspectiva para que os jovens permaneçam integralmente em sala de aula até a aposentadoria. O mercado é muito precarizado: 54% dos profissionais da educação básica da rede estadual têm contratos temporários”, lamenta a sindicalista. “Muitas redes municipais exigem formação em Pedagogia para contratar professoras da educação infantil, mas usam subterfúgios para não cumprir o piso, atribuindo funções com outras nomenclaturas. Já identificamos 54 cargos diferentes, como ‘monitor escolar’ e ‘auxiliar de educação’, para pagar remunerações bem abaixo do piso. É necessário estruturar uma carreira com início, meio e fim.”

Recém-formado em História pela UFPE, João Calheiros está de malas prontas para o Rio de Janeiro, onde vai cursar o mestrado em História Contemporânea na UFF. Já deu aula em cursinhos populares, mas quer investir na carreira de professor universitário. “A carreira de magistério ainda não é uma das mais atrativas, infelizmente. Se eu tivesse a caneta na mão, investiria em políticas públicas mais estruturantes voltadas para a educação, porque é isso que garante o desenvolvimento saudável, equilibrado e de qualidade de uma sociedade”, salienta Calheiros. Ele completa: “A educação foi completamente sucateada com o enfraquecimento da hora-aula. O professor, assim como os profissionais da saúde e da segurança pública, contribui para a estabilidade do País e para a formação de futuras gerações. É preciso um maior reconhecimento da profissão e um plano de carreira que torne de fato interessante ser professor”.

Até a última gota

SÃO PAULO Após a privatização, a Sabesp bate recorde de captação e deixa os seus reservatórios em níveis críticos

POR MARIANA SERAFINI

As chuvas torrenciais que têm inundado avenidas de São Paulo pouco aliviaram a situação do saturado Sistema Cantareira, responsável por abastecer a capital com águas que nascem longe da cidade, na bacia do Rio Piracicaba, no Sul de Minas Gerais. Diante do que especialistas chamam de “tragédia anunciada”, se Tarcísio de Freitas quiser usar a privatização da Sabesp como vitrine de campanha, precisará não apenas negociar com São Pedro uma melhor pontaria nas tempestades, mas também contar com a colaboração do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, para evitar problemas com o excesso de água retirado do Rio Paraíba do Sul, que abastece os dois estados e tem impedido o colapso do sistema paulista.

Diante do nível crítico das reservas, a Sabesp tem extrapolado o limite de metros cúbicos que podem ser retirados dessa interligação, na expectativa de que as chuvas futuras “devolvam” o volume perdido – uma espécie de “pedalada hídrica”. Mesmo assim, a população mais vulnerável já enfrenta torneiras secas, com tendência de agravamento do cenário no pico do verão.

Os 39 municípios atendidos pela Sabesp na região metropolitana de São Paulo estão em estado de alerta devido à escassez hídrica. O nível de reser-

vação dos sistemas que abastecem essas cidades, com exceção do reservatório de Cotia, está em patamares críticos. O Cantareira já opera a 20,2%, índice mais baixo desde a crise hídrica de 2014. Para garantir alguma estabilidade do fornecimento de água para a população, a empresa conta com o reforço da interligação entre as represas Jaguari (RJ) e Atibainha (SP), inaugurada em 2018, que permite a transferência de até 8,5 metros cúbicos por segundo para o sistema paulista, podendo alcançar uma cota anual de 162 bilhões de litros.

A Sabesp tem, porém, extrapolado esse limite sistematicamente, “antecipando a retirada de água do futuro”, mesmo sem garantias de chuvas para recompor o sistema, denuncia o ex-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu. Trata-se de uma “irresponsabilidade técnica” mantida por um pacto de silêncio político. “Certamente, Castro aceita essa situação passivamente para não contaminar a campanha do Tarcísio”, afirma. Andreu lembra ainda que, durante a administração de Geraldo Alckmin, o então governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, “brigou judicialmente por conta dessa alocação de água”.

Mesmo com a manobra da Sabesp, a falta de água persiste em várias regiões do estado. No *réveillon*, bairros do Lito-





“Apartheid hídrico”. A redução noturna da vazão compromete o abastecimento dos bairros com maior vulnerabilidade social, observa ex-presidente da ANA

ral Norte passaram dias com as torneiras secas. No Litoral Sul, banhistas formaram filas com baldes, aguardando caminhões-pipa enviados pela companhia, relata Amauri Pollachi, coordenador do Observatório dos Direitos à Água e ao Saneamento. Na periferia da capital, a situação é semelhante. Algumas regiões ficaram dias sem abastecimento, diz Antônio da Silva, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente (Sintaema). Na Zona Sul, Capão Redondo e Campo Limpo sofrem

longos períodos sem água. Na Zona Oeste, bairros como Butantã recebem água com coloração turva. “O cloro acumulado na tubulação cria uma crosta e, quando a água fica parada por muitas horas, retorna com aspecto terrível. É consequência da redução de pressão usada para conter o desabastecimento”, explica Silva.

Por enquanto, a principal medida operacional da Sabesp para reduzir o consumo e as perdas do sistema tem sido ampliar o período de redução da vazão de água. O plano de contingência, anunciado em agosto, previa inicialmente a redução da pressão durante oito horas por noite em diversas localidades. Em outubro, a companhia estendeu a medida para dez horas diárias e avisou que pode chegar a 16 horas se os níveis dos reservatórios não

Agora, dificilmente a população escapará de um racionamento de água em 2026

melhorarem. A estratégia ajuda a diminuir as perdas por vazamentos ao longo da tubulação, que chegam a mais de 30% do volume de água potável disponível. Por outro lado, bairros situados nas “franjas” do sistema ou em áreas mais altas podem ficar sem abastecimento, especialmente se as residências não tiverem estruturas adequadas de armazenamento.

Esse cenário cria o que Andreu chama de “apartheid hídrico”. Quando a água retorna aos encanamentos residenciais, os bairros mais próximos das estações e os localizados no “meio do caminho” recebem o recurso primeiro, enquanto os mais vulneráveis levam mais tempo para ter o abastecimento restabelecido, impondo uma privação contínua aos mais pobres.

A diretora-executiva de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Sabesp, Samanta Souza, admite que a falha ocorre e que os bairros mais distantes enfrentam longos períodos sem água. No entanto, afirma que a empresa atua para corrigir esse déficit. Desde o início da concessão, em junho de 2024, foram instaladas caixas d’água em 4 mil domicílios de alta vulnerabilidade da região metropolitana, por meio do programa Reserva Certa, no qual o Estado fornece e instala os equipamentos. Nas residências com sistema de reserva adequada e autonomia de 24 horas “há pouquíssima reclamação”, garante a diretora.

Segundo Souza, ao assumir essa responsabilidade, o Grupo Equatorial, acionista majoritário da Sabesp, depարou-se

com uma “tempestade perfeita” para lidar e ainda alcançar a meta de universalização do saneamento até 2029. “Essa escassez é resultado de problemas históricos, de uma estrutura obsoleta que precisa de reformas, e de eventos climáticos atípicos, mas ainda não estamos em um cenário de crise”, ressalta.

Desde que passou ao controle privado, a Sabesp opera sob a lógica de extração máxima dos recursos hídricos, deixando de lado a margem de segurança de 20%

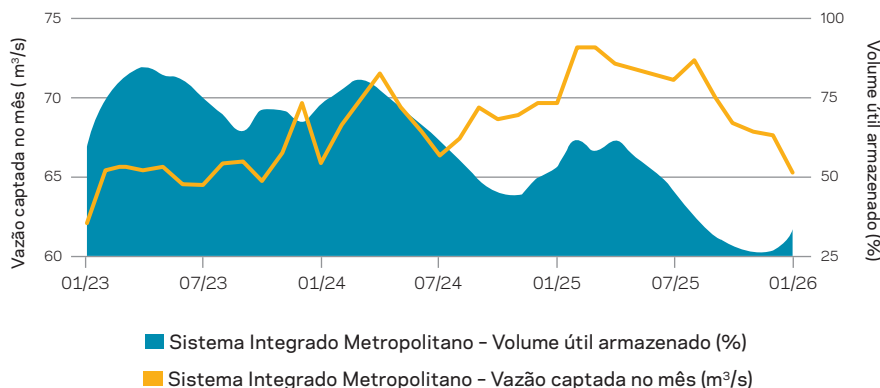
O Sistema Cantareira já opera a 20,2%, nível mais baixo desde a crise hídrica de 2014



Regulação frouxa. A empresa não parece preocupada em manter reserva de segurança

EXTRAÇÃO MÁXIMA

A captação aumentou mesmo com a redução do volume armazenado



Fonte: Sabesp

abaixo da outorga que mantinha anteriormente, alertam especialistas. Esse comportamento fica evidente nos gráficos de captação, que mostram um salto imediato a partir da desestatização, em outubro de 2024 (*gráfico nesta página*). O coordenador de Conhecimento do Instituto Águas e Saneamento, Eduardo Caetano, observa que, em fevereiro de 2025, a companhia “bateu recorde de retirada, atingindo um nível que não se via desde a crise hídrica de 2014”. Segundo ele, se a empresa lucra ao “vender água”, não surpreende esse volume de extração, mesmo quando a prioridade deveria ser garantir uma reserva de segurança nos mananciais. Se o ritmo continuar, as medidas de contenção terão de ser “duradouras e constantes”.

Souza explica que, apesar de operar no limite, a empresa segue as regras da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsesp) e da SP Águas. O ex-presidente da Arsesp, economista Hugo de Oliveira, alerta, porém, que essa anuência ocorre porque os órgãos fiscalizadores foram “esvaziados para garantir a segurança jurídica dos acionistas”. Segundo ele, houve um arranjo para reduzir o controle público e manter a formalidade burocrática. “O papel da Arsesp passou a ser basicamente o de carimbar reajustes de tarifa, totalmente secundário”, critica. “É uma farra regulatória”, emenda Andreu, ex-presidente da ANA.

José Mairton Barreto, diretor de base do Sintaema, revela que a exploração desenfreada tem causado impactos negativos no sistema hídrico. Nas últimas semanas, os funcionários da Sabesp começaram a testar equipamentos para acionar o volume morto dos reservatórios. “Há equipamentos remanescentes da crise de 2014 que devem ser colocados em operação entre março e maio, para extrair água do volume morto das represas Jaguari e Jacaré”. Caso a situação não melhore, o servidor não descarta a possibilidade de São Paulo ficar sem água ainda este ano. •

É urgente olhar para médias e pequenas operadoras de saúde

POR **GUSTAVO RIBEIRO**, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PLANOS DE SAÚDE (ABRAMGE)

Tomo emprestando um conceito da literatura educacional e filosófica do século XX para lançar luz não sobre mais um desafio da saúde suplementar, mas sobre a origem de muitos deles. A chamada miopia epistemológica descreve a limitação de enxergar a realidade apenas a partir de uma única teoria ou conjunto de dados imediato, o que produz diagnósticos parciais e, não raro, conclusões equivocadas. Esse vício é recorrente nas análises sobre o setor de planos de saúde no Brasil.

Pela sensibilidade social que envolve o cuidado em saúde e pela compreensão ainda insuficiente sobre o funcionamento do sistema, a saúde suplementar é frequentemente vilanizada por agentes formadores de opinião. Atribui-se ao setor uma lógica predominantemente mercantil, em detrimento de seu compromisso assistencial. Para sustentar essa narrativa, recorre-se a números produzidos por instituições de alta credibilidade, o que, não está em questão. O problema reside na forma como esses dados são interpretados: parte-se da premissa de que o mercado é homogêneo, como se as mais de 600 operadoras com beneficiários ativos compartilhassem a mesma realidade operacional e financeira.

Os próprios números desmentem essa simplificação. Operadoras com mais de 1 milhão de beneficiários representam apenas 0,9% do total de em-



Gustavo Ribeiro, presidente da Abramge

presas em atividade. Ainda assim, seus resultados costumam ser tomados como parâmetro para caracterizar todo o setor. Do ponto de vista estatístico, essa extrapolação não se sustenta. Há, inclusive, um agravante metodológico: pelos critérios atualmente adotados, são classificadas como "grandes" operadoras empresas que atendem desde 100 mil até vários milhões de vidas, uma faixa ampla demais para permitir comparações consistentes. A homogeneização, nesse caso, não é apenas imprecisa, ela é enganosa.

Essa distorção se aprofunda quando a análise se volta aos resultados financeiros. O painel econômico-financeiro mais recente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgado em dezembro de 2025, informa que o setor, nos números agregados, registrou lucro líquido de 17,2 bilhões de reais de janeiro a setembro, aumento de 115% em relação ao mesmo período anterior. O dado é real, mas incompleto. Um recorte adicional e essencial para compreender o quadro aponta que praticamente metade (49,2%) das operadoras de planos de saúde operam no vermelho.

Ignorar essa heterogeneidade não é um erro neutro. Uma leitura superficial dos dados põe em risco a sustentabilidade de um conjunto relevante de operadoras, em especial as médias e pequenas, que cumprem papel fundamental na interiorização do atendimento,

na oferta de planos regionais e na ampliação do acesso à saúde suplementar. Avanços recentes indicam uma mudança de direção, com esforços da ANS para analisar o setor a partir de agrupamentos mais homogêneos e comparáveis. Ainda assim, há um longo caminho a percorrer não apenas no campo regulatório, mas também na legislação e na forma como o Poder Judiciário aprecia as demandas que envolvem planos de saúde.

Sem esse olhar mais refinado, continuaremos a produzir diagnósticos equivocados e soluções que aprofundam os desequilíbrios do sistema em vez de corrigi-los.

Rede de intrigas

RIO DE JANEIRO Paes jura lealdade a Lula após André Ceciliano articular candidatura para o mandato-tampão de Cláudio Castro

POR MAURÍCIO THUSWOHL

No tabuleiro de interesses da política fluminense, onde nem sempre as coisas são o que aparentam, a movimentação de uma peça pode desencadear uma reação em cadeia capaz de alterar o resultado do jogo. É o que ocorre após Cláudio Castro (PL), redivivo nas pesquisas eleitorais desde o “sucesso” da operação policial que resultou em 122 mortos nos complexos da Penha e do Alemão, confirmar a aliados que deixará o cargo em 4 de abril para disputar uma vaga no Senado. A saída provocará uma inédita dupla vacância na linha sucessória do governo e obrigará o Tribunal de Justiça a convocar, em até 30 dias, eleições indiretas nas quais os deputados estaduais escolherão um novo governador para um mandato-tampão até o fim do ano.

O Rio está sem vice-governador desde maio do ano passado, quando Thiago Pampolha (MDB) foi nomeado para o Tribunal de Contas do Estado (TCE). A indicação fazia parte de um arranjo político para levar o então presidente da Assembleia Legislativa, Rodrigo Bacellar, do União Brasil, ao Palácio Guanabara. A ideia inicial do governador e de outras lideranças do PL, como o senador Flávio Bolsonaro e o deputado federal Altineu Côrtes, era que Bacellar fosse o candidato da direita ao governo estadual em outu-

tubro e disputasse a eleição já no exercício do cargo. A aliança, porém, se rompeu, e Bacellar – que chegou a ser preso – foi afastado da presidência da Alerj no mês passado, após alertar outro deputado, Thiago Silva, conhecido como TH Joias (MDB), sobre uma operação da Polícia Federal. TH é suspeito de envolvimento com o Comando Vermelho.

Com Pampolha e Bacellar descartados, a vacância no Palácio Guanabara levará à realização de eleições indiretas, o que tem provocado atritos tanto à esquerda quanto à direita. No PL, o embate entre Castro e Flávio Bolsonaro se intensificou na última semana. O governador defende lançar o chefe da Casa Civil, Nicola Miccione, um quadro técnico que não disputaria a reeleição em outubro, embora isso seja permitido ao governador-tampão pela Justiça Eleitoral. Já o senador, que

até prova em contrário será candidato à Presidência da República, quer que o nome do bolsonarismo ao governo estadual em outubro dispute desde já a eleição indireta e concorra à reeleição.

O nome preferido de Flávio é o deputado estadual Douglas Ruas (PL), policial e filho do prefeito de São Gonçalo, Capitão Nelson. Ligado às forças de segurança e à frente da Secretaria de Cidades, responsável pela distribuição de verbas aos municípios, Ruas é visto no partido como o candidato mais competitivo para enfrentar, em outubro, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), que lidera as pesquisas com folga.

Parlamentares fluminenses do PL, embora não afirmem isso publicamente, veem na movimentação de Castro uma possível traição ao partido. Segundo relatos feitos à reportagem, ao articular o nome de Miccione em detrimento de Ruas, o governador estaria, na prática, cumprindo um acordo informal com Paes, que confirmou neste mês sua candidatura ao Palácio Guanabara e, por ora, corre em raia única. Com Miccione no mandato-tampão, o prefeito do Rio evitaria enfrentar nas urnas um adversário já no exercício do cargo. Um assessor do PL afirma que Castro e Paes vêm, nas últimas semanas, enviando recados velados a Ruas e a Altineu Côrtes – líder do partido na Câmara e com base eleitoral também em São Gonçalo, segundo maior colégio eleitoral do estado – no sentido de que serão, respectivamente, governador e senador. Conforme a mesma fonte, a mensagem inclui o aviso de que, caso Ruas insista na candidatura agora, ambos trabalhariam contra ele e sua família nas eleições municipais de 2028.

Na outra ponta do espectro político, a leitura sobre o suposto acordo entre Castro e Paes é semelhante. Incomodados com o que consideram fortes indícios de uma possível traição do candi-

O presidente precisa de um palanque sólido no estado, mas teme traição e cobra apoio a Benedita da Silva para o Senado



Lances. Paes e Lula se encontraram a portas fechadas. Ceciliano conta com o apoio de Bacellar, que mantém a influência na Alerj mesmo após seu afastamento

dato do PSD a Lula – com quem Paes promete dividir palanque no Rio –, setores do PT passaram a articular nos bastidores a candidatura do ex-deputado estadual e ex-presidente da Alerj André Ceciliano, atualmente secretário de Assuntos Legislativos do Ministério das Relações Institucionais. Com trânsito entre partidos de centro e de direita, Ceciliano calcula já contar com 22 votos entre os 36 necessários – maioria simples – para vencer a eleição indireta na Alerj. Esse número pode crescer caso se confirme uma aliança com Bacellar, que, apesar de afastado e politicamente submerso desde o fim do ano passado, segue influente e já sinalizou a Ceciliano apoio na votação.

No PT, a empreitada de Ceciliano conta com o apoio de nomes de peso, como os deputados federais Lindbergh Farias e Benedita da Silva. Pré-candidata ao Senado, Benedita teme ser abandonada por Paes. Com Flávio Bolsonaro fora da disputa por uma das cadeiras na

Casa Legislativa, a corrida torna-se mais aberta, e o mínimo de reciprocidade que Lula espera do prefeito do Rio é um apoio concreto a Benedita – até porque a formação de uma bancada robusta de centro-esquerda no Senado é a segunda prioridade do PT nas próximas eleições, atrás apenas da reeleição do presidente. Paes, por sua vez, demonstrou preocupação com as articulações em torno de Ceciliano e disse a interlocutores não ter dúvida de que, se eleito para o mandato-tampão, o petista acabaria se lançando candidato à reeleição em outubro.

As desconfianças mútuas levaram à realização de uma reunião fora da agenda entre Lula e Paes, em Brasília, em 15 de janeiro. No encontro, que incluiu uma conversa reservada de cerca de uma hora, o prefeito teria reiterado apoio à candidatura do petista à reeleição e prometido engajamento na campanha de Benedita. Lula, por sua vez, afirmou a Paes que a manutenção da aliança entre ambos no Rio é fundamental para que o presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, recue da intenção de lançar à Presidência da República o governador do Paraná, Ratinho Júnior, também do PSD, ou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, do Republicanos.

Apesar das promessas e juras de fidelidade, a desconfiança em relação a Paes permanece elevada em setores do PT no Rio. Após o encontro com Lula, o prefeito não ajudou a distensionar a relação ao desconversar sobre o apoio a Benedita. “Eu disse ao presidente Lula que seria uma honra apoiar a deputada, mas disse também que vou buscar a aliança mais ampla possível.” Ao mesmo tempo, Paes participa das articulações para lançar a candidatura ao Senado do deputado federal Pedro Paulo (PSD), seu braço-direito. O prefeito disse não ter dúvida sobre o apoio a Lula, mas acrescentou que não pretende nacionalizar a disputa estadual. “Não se-

“Não vamos embarcar em aventuras”, reage Washington Quaqué, ao enfatizar que a prioridade é garantir a reeleição de Lula

rá o Lula que vai governar o Rio se eu ganhar”, declarou.

Ao lado do prefeito da capital, estão petistas influentes, como o vice-presidente nacional do PT e prefeito de Maricá, Washington Quaqué, e o ex-ministro Celso Pansera, representantes da ala que controla a maioria dos diretórios do partido no estado. Quaqué descarta a candidatura de Ceciliano: “Eleições indiretas só se disputam quando há condições de vitória. Não é o caso. A Alerj é majoritariamente de direita. Não vamos fazer alianças com setores envolvidos com a crimi-

nalidade para embarcar em aventuras”.

O prefeito de Maricá diz que vai intensificar o diálogo com o PSD e outros aliados: “Paes estará no mesmo palanque de Lula e do candidato do PT ao Senado no Rio. Será fundamental para vencermos o bolsonarismo e garantir o quarto mandato de Lula”.

Pré-candidato a deputado federal, Pansera avalia que arriscar a aliança com Paes agora não traria ganhos à campanha. “Até onde sei, Ceciliano não discutiu isso com a direção estadual nem com a bancada da Alerj.” Para vencer no Rio, “epicentro do bolsonarismo”, acrescenta, é preciso ampliar o leque da aliança em torno de Lula. “Paes tem um palanque forte que pode nos dar uma vitória após mais de uma década”, previu.

Procurado por *CartaCapital*, Ceciliano afirmou não querer se pronunciar no momento, mas disse estar “disposto a trabalhar pelo que for melhor para a candidatura de Lula”. Benedita da Silva e Lindbergh Farias não responderam até o fechamento desta reportagem. •



Freio. “Eleições indiretas só se disputam quando há condições de vitória”, diz Quaqué

MARIA RITA KEHL

Psicanalista e escritora, foi integrante da Comissão Nacional da Verdade. É autora, entre outros, de *O Tempo e o Cão*, vencedor do Jabuti de 2010, e *Tempo Esquisito* (2023), ambos pela Boitempo



Ouvidos para quê?

► **Bolsonaro quase cumpriu a promessa de acabar com a democracia. Por que tantos brasileiros ignoraram – ou fingiram ignorar – essa ameaça?**

Caros leitores, pela primeira vez uso este espaço para recomendar um livro: *Arquitetura da Destruição: Um Diário da Era Bolsonaro, do Palanque à Condenação* (Ed. Autêntica), de Bernardo Mello Franco. A obra reúne análises escritas pelo jornalista no calor dos acontecimentos e publicadas nas páginas do jornal *O Globo*. Reunidas em volume, essas colunas adquirem, como observa a historiadora Heloisa Starling no prefácio, a dimensão de um poderoso testemunho sobre a trajetória do homem que prometeu acabar com a democracia brasileira – e quase cumpriu a promessa.

Bolsonaro jamais escondeu suas pretensões ditatoriais. Em 1999, quando questionado sobre o que pretendia fazer caso fosse eleito presidente da República, não hesitou em defender o fechamento do Congresso Nacional. “Daria um golpe no mesmo dia. Não funciona! Tenho certeza que pelo menos 90% da população ia fazer festa e bater palma”, afirmou, antes de acrescentar que o voto popular é incapaz de produzir mudanças concretas no País. “Você só vai mudar, infelizmente, quando um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro. E fazendo um trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil. Começando com FHC...”. Por que tanta gente não acreditou – ou fingiu não acreditar – na promessa do capitão?

Tão logo assumiu o governo, Bolsonaro expôs sua vocação autoritária, inclusive com ofensas e ameaças ao Supremo Tribunal Federal. A pregação contra as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral escalou após a Corte confirmar, em 2021, a anulação das condenações de Lula. Naquele momento, Bolsonaro colhia os resultados da gestão desastrosa da pandemia de Covid-19 – mais de 700 mil mortes –, enquanto o adversário petista despontava como favorito nas pesquisas de intenção de voto.

Até então inerte, o Judiciário despertou quando o ministro Luís Roberto Barroso, então presidente do TSE, determinou a abertura de um inquérito para apurar seis crimes na avalanche de acusações falsas de Bolsonaro contra as urnas: corrupção, fraude, conduta vedada a agente público, campanha extemporânea, uso indevido dos meios de comunicação e abuso de poder político e econômico. Barroso também enviou uma notícia-crime ao STF para incluir o capitão na mira do inquérito das *fake news*.

Bolsonaro ainda tentou intimidar o Congresso com um desfile de blindados, mas o plano não saiu como esperado, observa Mello Franco: “Os parlamentares rechaçaram a pressão e sepultaram a farsa do voto impresso. A parada fora de época virou alvo de chacota nas redes”. Poucos fanáticos assistiram à tragicômica passagem dos tanques, com motores queimando óleo diesel e soltando fumaça preta. Ainda assim, contava com a proteção do presidente da Câmara, Arthur Lira, que engavetou mais de uma centena de pedidos de *impeachment* contra ele em troca de um bilionário “orçamento secreto” para manejar.

Felizmente, as instituições não deixaram de funcionar. Em 2021, o TSE blo-

queou a monetização de sites que disseminavam mentiras, a principal arma dos bolsonaristas contra adversários. Alexandre de Moraes avançou no inquérito das *fake news* e dos atos antidemocráticos. Após a intentona bolsonarista de 8 de janeiro de 2023, assumiu também a relatoria da ação penal contra o núcleo central da trama golpista. Provas reunidas pela Polícia Federal e pela Procuradoria-Geral da República possibilitaram a inédita condenação de um presidente e de altos oficiais das Forças Armadas por conspirar para um golpe de Estado no Brasil.

De nada adiantaram as súplicas dos golpistas em quartéis ou grupos de oração. Se existe, Deus aparentemente não moveu uma palha para salvar o bolsonarismo. O líder da seita ainda tentou usar a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos para alterar os rumos do seu julgamento no Brasil, mas a conspiração fracassou. Bolsonaro não poderia prever que Lula, hábil negociador desde os tempos de sindicalista, negociaria o relaxamento das tarifas e sanções impostas pelo presidente norte-americano, que ao cabo constatou ter uma “química excelente” com o homólogo brasileiro.

Os textos de Mello Franco trazem análises certeiras e corajosas, que merecem ser relidas em perspectiva histórica. Não surpreende, portanto, que Bolsonaro tenha fustigado jornalistas ao longo de todo o governo: “Vocês são uma porcaria de imprensa!”, costumava bradar. Antes de encerrar, vale resgatar a declaração do ministro Flávio Dino, do STF, por ocasião dos 60 anos do golpe de 1964: “Não existe, em nosso regime constitucional, um poder militar. O poder é apenas civil”. Perfeito! É reconfortante saber que, diante de uma nova ameaça despótica, o Brasil preservou a democracia. •

redacao@cartacapital.com.br

Desequilíbrio atroz

ARTIGO Precisamos de um novo pacto fiscal para as regiões metropolitanas

POR MANO MEDEIROS*

Responda rápido: qual município tem a maior receita *per capita*, Guarulhos ou Borebi? Segunda cidade mais populosa do estado de São Paulo, Guarulhos dispõe de pouco mais de 4,5 mil reais por ano para investir em cada um dos seus 1,3 milhão de habitantes. Já Borebi, pequeno município do interior paulista, possui perto de 14,6 mil reais para cada um de seus 2,5 mil moradores – valor superior ao de 97% das cidades brasileiras.

A comparação ilustra, de forma didática, o problema central do financiamento municipal no Brasil: as grandes cidades metropolitanas, onde vivem milhões de habitantes e se concentram as maiores demandas sociais, estão subfinanciadas. É o caso de São João de Meriti, na Grande Rio, com receita *per capita* de 2,1 mil reais ao ano – uma das cinco piores do País. O mesmo ocorre em Viamão, na Região Metropolitana de Porto Alegre, com menos de 3,4 mil reais por habitante, valor inferior ao de 98% dos municípios brasileiros. Cenário semelhante ao de Trindade, na Grande Goiânia.

Esse padrão se repete em praticamente todas as regiões metropolitanas. As capitais concentram riqueza, valorização imobiliária e atividades econômicas de maior valor agregado. Enquanto isso, os municípios do entorno são o endereço da população de menor renda, justamente aquela que mais depende dos

serviços públicos. À medida que o metro quadrado das áreas centrais se valoriza, os trabalhadores da base da pirâmide social são empurrados para a periferia, onde o solo é mais barato. A população se desloca, mas a arrecadação permanece concentrada.

Sou prefeito de Jaboatão dos Guararapes, o segundo maior município de Pernambuco, uma cidade com grande potencial e enormes desafios. Na Região Metropolitana do Recife, os melhores empregos formais, o comércio de alto faturamento e os serviços qualificados concentram-se na capital. Já os municípios vizinhos recebem a maior parte da população que precisa de escola pública, posto de saúde, serviço de assistência social, pavimentação, drenagem, coleta de lixo e transporte coletivo.

Jaboatão é emblemático desse desequilíbrio. Com mais de 680 mil habitantes e receita corrente total em torno de 2 bilhões de reais, sua receita *per capita* é

As capitais concentram riqueza e arrecadação, enquanto as cidades do entorno ficam com a vulnerabilidade social e as maiores despesas



de 3.065,84 reais – em torno de 255 reais por habitante ao mês. Com esse valor, a prefeitura precisa financiar toda a estrutura de saúde, educação, limpeza urbana, iluminação pública, manutenção de vias, assistência social, transporte e folha de pagamento. Não é um problema de gestão, mas uma questão aritmética: a conta simplesmente não fecha.

Os Indicadores de Financiamento e Equidade Municipal (Ifem), plataforma disponível no site da Frente Nacional de Prefeitos, revelam essas realidades e dão a dimensão nacional da questão. Jaboatão ocupa a 5.490ª posição no ranking de receita *per capita*, entre todos os 5.530 municípios brasileiros. Está entre as cidades com menos dinheiro disponível por habitante no País, apesar de



Penúria. Jaboatão dos Guararapes (PE) dispõe de apenas 255 reais por mês para investir em cada um dos seus habitantes

ser uma das maiores em população e demandas sociais. O mesmo ocorre em Vila Velha, Caucaia e Betim, nas regiões metropolitanas de Vitória, Fortaleza e Belo Horizonte, respectivamente.

A composição da receita explica parte do problema. Em Jaboatão, de 70% a 75% dos recursos vêm de transferências federais e estaduais. A arrecadação própria – IPTU, ISS e ITBI – responde por apenas 23% do total. Essa baixa capacidade de arrecadar não é casual: decorre da renda reduzida da população, da informalidade e da ausência de grandes atividades

industriais, que se concentram na capital. Ou seja, quem mais precisa de políticas públicas é quem menos consegue financiar o próprio Estado local.

Tenho empatia por outras cidades da Região Metropolitana do Recife, como Olinda, Paulista e Camaragibe, que enfrentam situação similar: alta densidade populacional, forte pressão sobre os serviços públicos e baixa capacidade contributiva. O resultado é uma metrópole desequilibrada: a capital concentra riqueza e arrecadação; os municípios do entorno ficam com a vulnerabilidade social e as despesas. É um modelo injusto e insustentável.

Superar essa realidade exige um debate sério sobre um novo pacto fiscal

metropolitano. É necessário rever critérios de distribuição de receitas, fortalecer mecanismos compensatórios e construir políticas que considerem o peso real da demanda urbana. Enquanto isso não ocorrer, Jaboatão dos Guararapes, Duque de Caxias, Planaltina, Betim e Mauá, entre outros, continuarão sendo gigantes sociais financiados como municípios pequenos. E cidades menores, como Borebi, citada no início deste artigo, e Jardinópolis, em Santa Catarina, com receitas *per capita* superiores, em nível nacional, e poucos habitantes. E essa conta, cedo ou tarde, cobra seu preço. •

**Mano Medeiros é prefeito do Jaboatão dos Guararapes e vice-presidente da Frente Nacional de Prefeitos e Prefeitos.*

Não sobrou um

MARANHÃO Com o prefeito, a vice e todos os vereadores presos por corrupção, Turilândia passará por intervenção estadual

Distante 157 quilômetros de São Luís, a cidade de Turilândia, na Baixada Maranhense, está literalmente desgovernada. O prefeito José Paulo Dantas Neto, conhecido como “Paulo Curió”, a primeira-dama Eva Dantas e a vice-prefeita Tânia Karla Mendes estão presos. O presidente da Câmara, José Luís Diniz, o “Pelego”, assumiu interinamente a administração municipal, mas também cumpre prisão domiciliar, assim como os outros dez vereadores. Todos são suspeitos de integrar uma organização criminosa que teria desviado 56 milhões de reais dos cofres públicos. Na sexta-feira 23, atendendo a um pedido do Ministério Público, o Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou, por unanimidade, uma intervenção estadual em Turilândia.

O governador Carlos Brandão tem até 7 de fevereiro para nomear um interventor, que comandará a cidade por 180 dias, prazo renovável por igual período. A decisão judicial, em caráter liminar, determina a instalação imediata de auditoria e estabelece cem dias para que o interventor apresente um relatório com diagnóstico da gestão e as medidas adotadas. “O suposto desvio de montante milionário revela, em juízo de probabilidade, risco real de desestruturação da prestação de serviços essenciais, como saúde, educação, assistência social e saneamento, afetando di-

retamente as condições materiais de vida da população”, destacou o desembargador Gervásio dos Santos, relator do processo.

De acordo com as investigações, o esquema teria começado em 2021, quando Paulo Curió foi eleito pela primeira vez, e envolvia fraudes em licitações, empresas de fachada, emissão de notas fiscais frias e pagamento de propina a diversos agentes públicos. O prefeito e pessoas próximas recebiam entre 82% e 90% dos valores, enquanto o restante ficava com empresários envolvidos na fraude.

Uma única empresa celebrou 58 contratos com o município para fornecimento de combustível, totalizando 17,2 milhões de reais. Para o Ministério Público do Maranhão, o volume é incompatível com o consumo e com as necessidades da frota municipal, formada por apenas dez veículos. Outras companhias também teriam superfaturado serviços ou simulado sua prestação, causando um prejuízo estimado em 43 milhões de reais entre 2021 e 2024. Os promotores esta-

O Tribunal de Justiça aprovou a medida por unanimidade



duais investigam ainda práticas de lavagem de dinheiro e obstrução de Justiça.

“A investigação é de 2023, mas os crimes vêm ocorrendo desde 2021, no início do primeiro mandato do prefeito. Desde então, os serviços públicos vêm sendo prejudicados, porque, em uma cidade pequena, um desvio de recursos dessa magnitude faz com que a população fique sem remédios, as escolas não funcionem como deveriam, a saúde fique sucateada e os moradores deixem de ser atendidos em suas necessidades”, destaca o procurador-geral de Justiça do Maranhão, Danilo Castro. Segundo o Censo Demográfico de 2022, do IBGE, Turilândia tem 31,6 mil habitantes.

“O município tem uma população muito pobre, que depende das ações governamentais. Praticamente todos os repasses do estado estavam sendo desviados e,



nesse cenário, não há como oferecer um serviço público de qualidade”, pontua Castro, ressaltando que os 56 milhões de reais apurados até agora referem-se a verbas estaduais. Ele acrescenta que ainda falta averiguar possíveis desvios de recursos transferidos pelo governo federal, investigação que já está em andamento pelo Ministério Público Federal.

Além da intervenção, a Promotoria maranhense pede a cassação do prefeito e da vice-prefeita, assim como dos 11 vereadores da cidade. “Entramos com uma ação civil e outra penal, incluindo os pedidos de perda de mandato. Dependendo de qual decisão venha primeiro e dos prazos previstos pela legislação eleitoral, podemos ter eleições diretas ou indiretas para escolher os novos chefes do Executivo municipal”, explica Castro.

No caso da perda de mandato dos



Denúncia. O alcaide José Paulo Dantas Neto, o “Paulo Curió”, é acusado de liderar uma organização criminosa que teria desviado 56 milhões de reais da cidade

vereadores, assumem os suplentes. Segundo Castro, os 11 parlamentares foram cooptados pelo prefeito. “Eles estavam envolvidos no esquema de várias formas. Estão sendo acusados de desvio de verbas públicas, peculato, participação em organização criminosa e outros crimes. Por isso, pedimos que cumprissem prisão domiciliar e também defendemos a cassação de seus mandatos”, afirma. “O que estamos vivendo em Turilândia é uma situação inédita. Nunca houve nada assim.”

Paulo Curió e Janaína Lima foram eleitos, respectivamente, prefeito e vice-prefeita em 2020, com 62,22% dos votos válidos. À época, ele era filiado ao PTB. Em 2024, já no União Brasil, Curió teve como vice Tânia Mendes e foi reeleito com 67,45% dos votos. Os três, assim como a primeira dama, Eva Dantas, foram presos preventivamente no dia 22 de dezembro do ano passado, como resultado de um mandado de busca e apreensão para que eles não destruíssem provas e para evitar que fugissem. Desde então, estão proibidos também de se comunicar entre si.

Na segunda-feira 26, o Tribunal de Justiça do Maranhão concedeu prisão domiciliar a Tânia Mendes e Eva Dantas. A vice-prefeita e a primeira-dama serão monitoradas por tornozeleira eletrônica, terão de entregar os passaportes, não poderão frequentar repartições públicas do município e continuam proibidas de se comunicar com outros investigados e testemunhas. O benefício foi concedido pelo fato de serem mães de crianças com menos de 12 anos, sem histórico de acusações por crimes violentos. •

- por Fabíola Mendonça

É necropolítica que chama

RIO DE JANEIRO Enquanto favelas e periferias forem tratadas como espaços de exceção, a violência seguirá como método de governo

POR CELSO PINTO DE MELO*

O exercício da soberania consiste, em última instância, no poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer”, lembra Achille Mbembe, no seu ensaio *Necropolítica*. A disputa por territórios nas comunidades do Rio de Janeiro costuma ser apresentada como um confronto entre o Estado e o crime organizado, com a população civil reduzida à condição de refém. Essa leitura, repetida à exaustão, falha em captar o essencial. O que se observa nesses espaços não é simplesmente a ausência do Estado, mas a convivência – e a concorrência – entre diferentes formas de soberania armada, todas elas baseadas na administração da morte. Vistas pela lente proposta por Mbembe, as favelas cariocas aparecem como territórios de exceção permanentes, onde a cidadania é suspensa e a vida torna-se precária por definição.

O Estado se faz presente, sobretudo, por meio da força policial, em operações militarizadas que tratam comunidades inteiras como áreas hostis. Direitos constitucionais tornam-se negociáveis: escolas fecham, serviços são interrompidos, casas são invadidas, corpos tombam. A letalidade não é acidente, mas parte constitutiva desse modo de governar. Não se trata, portanto, de um Esta-

do frágil, mas sim de um Estado que exerce sua soberania prioritariamente com o poder de matar ou de expor à morte.

Ao lado dessa soberania formal atuam as facções do tráfico, que impõem uma ordem paralela fundada no controle armado do território. Regulam a circulação, arbitram conflitos, punem e executam os “infratores”. A morte funciona como instrumento disciplinar e linguagem política. Em certos momentos, essa ordem pode parecer previsível aos moradores, mas ela se sustenta na mesma lógica: o medo como forma de governo.

As milícias, por fim, representam a síntese mais brutal desse arranjo. Formadas em grande medida por agentes ou ex-agentes do próprio Estado, elas privatizam a soberania e a convertem em negócio. O controle territorial serve à extração sistemática de renda e a ameaça de

morte torna-se mecanismo de cobrança. Aqui, a necropolítica assume feição empresarial: viver no território exige pagamento. A discordância pode ser fatal.

No centro desse triângulo estão os moradores das comunidades. Cidadãos no papel, mas despossuídos de direitos na prática. O cotidiano é regido pela incerteza: sair de casa, trabalhar, estudar ou simplesmente circular depende de decisões tomadas por forças armadas externas ao seu controle. A vida organiza-se como sobrevivência, não como exercício de cidadania. É essa condição que Mbembe descreve como vida exposta – uma existência permanentemente situada na fronteira entre viver e morrer.

Essa experiência, longe de ser excepcional, inscreve-se numa longa relação de situações históricas em que populações inteiras passaram a viver sob regimes de ocupação ou segregação. A vida cotidiana da população palestina na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, submetida a cercos, restrições de circulação e operações militares recorrentes, ou a experiência dos bantustões no *Apartheid* sul-africano, revela a mesma lógica estrutural: a produção deliberada de territórios onde a vida vale menos e onde a exceção se converte em regra. As favelas brasileiras, guardadas as diferenças de contexto, funcionam de modo semelhante – como espaços a serem contidos, vigiados e punidos, mais do que integrados.

A questão decisiva é se esse destino é inevitável. A história mostra que não. Regimes baseados na segregação territorial, na violência institucional e na suspensão seletiva de direitos não são naturais nem eternos, ainda que tendam a se apresentar como tais. A superação do *Apartheid*, por exemplo, exigiu muito mais do que o fim formal da segregação racial: implicou o reconhecimento da injustiça estrutural, a reconstrução constitucional do Estado

Romper esse ciclo exige substituir a soberania exercida pela ameaça por uma centrada na garantia de direitos



Aqui, o Estado decide quem pode viver e quem deve morrer

e uma redefinição profunda do papel das forças de segurança. Na Irlanda do Norte, décadas de conflito territorializado só começaram a ser desativadas quando a lógica militar cedeu espaço à negociação política e ao reconhecimento mútuo de direitos. Na América Latina, processos de redemocratização indicaram que a redução da violência institucional esteve associada ao controle civil das polícias, à ampliação de políticas sociais universais e, sobretudo, à recusa de uma cidadania seletiva – aquela que garante direitos plenos a alguns, enquanto administra outros pela exceção.

Durante décadas, Medellín foi símbolo de violência extrema, marcada pelo narcotráfico e por uma relação profundamente hostil entre o Poder Público e as comunas periféricas. O ponto de inflexão, a partir dos anos 2000, não veio de uma vitória militar definitiva, mas de uma decisão política: tratar esses territórios não como zonas sacrificáveis, mas como partes constitutivas da cidade. O Estado passou a comparecer de forma contínua, com investi-

mentos em mobilidade, educação, cultura e outros. Teleféricos, bibliotecas, escolas e equipamentos urbanos não eliminaram o crime, mas alteraram algo decisivo: o horizonte de futuro das populações locais.

A polícia continuou a existir, mas deixou de ser o único rosto do Estado. Ao disputar o território com políticas sociais e urbanas, o Poder Público começou a enfraquecer a lógica necropolítica que governava aquelas áreas. A mensagem implícita era clara: aquelas vidas importavam. A violência não desapareceu e a experiência colombiana tem ambiguidades e limites evidentes, mas ela demonstrou que não há pacificação possível quando a presença estatal se reduz à coerção.

Para o Rio de Janeiro, a lição é menos técnica do que política. Enquanto favelas e periferias forem tratadas como espaços de exceção, a violência seguirá sendo método de governo. Romper esse ciclo exige substituir a soberania exercida pela ameaça por uma centrada na garan-

tia de direitos. Exige reconhecer que segurança pública não se constrói apenas com operações armadas, mas com cidadania efetiva, políticas universais e presença estatal orientada à vida.

Como sugere Mbembe, não há democracia real onde parcelas da população vivem como se estivessem em território ocupado. Enquanto essas vidas forem administradas pela proximidade da morte, a crise não será um desvio do sistema, mas a expressão mais nua do seu funcionamento. •

**Doutor em Física pela University of California, em Santa Barbara, professor titular aposentado da UFPE e Pesquisador 1-A do CNPq. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Física (2009–2013), diretor científico do CNPq (1999–2002), Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPE (2003–2006) e vice-presidente da SBPC (2005–2007). É membro titular da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Pernambucana de Ciências. Recebeu da Presidência da República a Comenda (2002) e a Grã-Cruz (2009) da Ordem Nacional do Mérito Científico, bem como a Comenda da Ordem de Rio Branco (2007).*



Primeiro passo

POLÍTICA PÚBLICA O Nova Indústria Brasil obtém alguns bons resultados, mas continua aquém das necessidades do País

POR CARLOS DRUMMOND

Após quase uma década sem política industrial, o projeto Nova Indústria Brasil, lançado pelo presidente Lula, completa dois anos com conquistas ressaltadas pelos responsáveis pelo programa e desafios sublinhados por economistas. A diferença em relação às experiências anteriores é a definição de missões e contrapartidas, critérios semelhantes àqueles adotados na Alemanha, Coreia do Sul e Reino Unido. Coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, reúne mais de 20 pastas e representantes do empresariado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial.

A nova política industrial tem dado certo, afirmam os responsáveis pela sua execução. Em um feito raro, une a Presidência da República, a vice-Presidência, o MDIC, o Ministério da Fazenda e o BNDES. “O Plano Mais Produção, principal mecanismo de financiamento da NIB, obteve excelente resposta da indústria. Até o terceiro trimestre, financiou nada menos que 406 mil projetos industriais ligados às seis missões, em todas as regiões do País”, afirma Uallace Moreira, secretário do MDIC. Em valores, prossegue Moreira, foram contratados 588 bilhões de reais, mais de 90% de todos os recursos disponíveis, de 643 bilhões, por meio do BNDES, Finep, Banco do Brasil,

Caixa, BNB, Basa e Embrapii. Entre os programas, destacam-se o Mover, o Reiq, o Padis, o Brasil Semicon, a Depreciação Acelerada, Lei de Hidrogênio de Baixo Carbono, Lei do Combustível do Futuro, o programa de renovação de frota para caminhões. Sobressai também o Redata, que visa não apenas a instalação de *data centers*, mas, sobretudo, o desenvolvimento e o fortalecimento das cadeias produtivas de Tecnologias da Informação e Comunicação e eletroeletrônicos. “Sem o apoio decisivo do Ministério da Fazenda, esses programas jamais teriam saído do papel”, destaca o secretário.

“O presidente Lula encontrou um desmonte, o BNDES não tinha mais instrumentos, a Finep e outras instituições estavam desamparadas. Retomar o funcionamento das engrenagens é mais difícil. O Plano Mais Produção é o Plano Safra da indústria, todos os bancos públicos foram colocados para trabalhar juntos no rumo de uma mudança estrutural. Introduzimos na nossa rotina fazer inovação”, destaca José Luís Gordon, diretor de Desenvolvimento Produtivo, Ino-

vação e Comércio Exterior da instituição de fomento estatal. Há uma coordenação da política de inovação e o País começou a disputar projetos globais, acrescenta Gordon. Um exemplo é o Centro de



Mover. Um dos programas direcionados ao setor automotivo foca na redução dos combustíveis fósseis, competitividade e inovação. Os investimentos estão em alta



Competência Global para agricultura inteligente e automação da Bosch. “Há outras empresas trazendo centros de P&D para o Brasil”, acrescenta.

Intervenções do governo Bolsonaro desmontaram a estrutura de crédito para investimentos e impuseram critérios do mercado, mas o banco estatal tem contornado a situação em alguns casos com um mix de taxas. O Mais Inovação tem TR, mais o *spread*, o que totaliza, aproximadamente, 4,3% ao ano, ou seja, percentual negativo. A linha de crédito de 12 bilhões de reais BNDES-Finep cobra perto de 9% ao ano. A instituição financeira voltou a apoiar a inovação (8,5 bilhões entre 2024 e 2025, aumento de 165% em relação ao governo anterior) e

Foram contratados 588 bilhões de reais, mais de 90% dos recursos disponíveis

a saúde (9 bilhões, 150% acima). Outros setores citados por Gordon são biocombustíveis, com financiamentos de 13,3 bilhões, e exportações, com mais de 50 bilhões em créditos, 281% superior ao concedido nos quatro anos anteriores. “O presidente Lula deixou claro que tínhamos de cuidar da indústria, inclusive pela soberania nacional, e colocou o

setor e a atividade no centro da agenda.”

Apesar do quase consenso entre economistas quanto ao bom desenho técnico da NIB, há críticas quanto ao excesso de crédito a taxas de mercado na estrutura de financiamento, a falta de centralidade da nova política industrial na política econômica e a falta de calibragem das políticas sociais na política econômica, com pressão sobre o consumo, a inflação e os juros. Aponta-se ainda a necessidade de transferir para a indústria ao menos parte do favorecimento creditício concedido ao setor do agronegócio, que não necessita mais de subsídios. Uma alteração que implica enfrentar poderosos, lema importante na disputa por um quarto mandato para Lula.



COMPLEXO DE SUAPE/GOVPE

Economia

Eletroeletrônicos. O País tem atraído *data centers* e centros de pesquisa, mas ainda corre por fora na disputa pelo domínio das cadeias globais

“Há instrumentos da NIB que quase se restringem a financiamento, com taxa de juros mais pró-cíclica, por ser de mercado”, aponta Rafael Cagnin, economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. “A agenda do fortalecimento da produção industrial está presente, mas não no nível adequado. Ela não se coloca em pé de igualdade com os debates conjunturais de gestão macroeconômica nem em relação a programas assistenciais. A política industrial não é uma prioridade, nem no debate público nem no governo”, prossegue. O economista ressalta, entretanto, que pela primeira vez a Fazenda criou uma secretaria para desenvolvimento produtivo. Muito do que se faz vai na direção certa e ajuda, mas não traz uma ruptura com o passado naquilo que se usava como política industrial. “Falta visão estratégica”, sublinha Cagnin.

Um dos problemas seria o excesso de prioridades. “Entendo que é um governo de coalizão e as necessidades do Brasil são múltiplas, mas são muitas as apostas. Para algo que está em contradição, tem poucos recursos, não está no topo das hierarquias ter muitas missões e, dentro das missões, muitas cadeias diluem o esforço. E a difusão de recursos e a dificuldade de priorização tiram potência”, ressalta o economista. “Ficamos um bom tempo sem ter política industrial, o MDIC não existia mais e o trabalho de reconstituição tomou muito tempo do governo, mas não dá para se esconder atrás desse argumento para sempre. Nesse próximo ciclo político eleitoral, que a gente avance nessa discussão, de focar ainda mais, de mobilizar mais instrumentos, subir de nível a política, para um patamar mais articulador de outras



“Falta visão estratégica”, afirma Rafael Cagnin, do IEDI

políticas e não como um elemento adicional. Para que a gente consiga aos poucos potencializar esses efeitos.”

Segundo Antônio Carlos Diegues, professor do Instituto de Economia da Unicamp, “o debate de política econômica no Brasil, assim como na maior parte do resto do mundo, é de curtíssimo prazo, bastante limitado e concentrado quase exclusivamente numa leitura *mainstream*, ortodoxa, acerca do comportamento dos gastos e das receitas públicas. Há a dominância de uma agenda muito concentrada no que o mercado chama de finanças públicas”. Com isso, prossegue o economista, não se abre espaço para qualquer outro tipo de discussão mais elaborada de política industrial. O que é complicado, pois o tema envolve um processo de médio e longo prazo que precisa ter continuidade, deve ser política de Estado e impli-

ca a transformação estrutural da economia. Políticas industriais são feitas para transformar a estrutura e direcioná-la, ou trazer incentivos que a direcionem para alguns pontos, não aqueles para os quais os preços de mercado necessariamente levariam a economia. “Essa é a essência da política industrial”, destaca Diegues.

Para ter uma NIB mais efetiva, é preciso contar com mais espaço fiscal para atuar, ressalta o professor, pois “é preciso” sinalizar, direcionar, incentivar o mercado em direção a pesquisa, inovação e transformação estrutural. Mas o movimento tem de ser casado com uma estratégia que gere negócios, que viabilize investimento e acumulação. Com uma margem fiscal mais ampla, seria possível oferecer volumes de incentivos maiores, com condicionalidades, metas para inovação, pesquisa e desenvolvimento, alguma redução dos custos tributários para investimento e crédito tributário para compra de máquinas e equipamentos, maiores investimentos para as atividades de pesquisa e desenvolvimento nas universidades e nas empresas, maiores compras públicas vinculadas ao desenvolvimento de atividade tecnológica local. •

ADALBERTO VIVIANI

Consultor de marketing e comunicação
especializado em bens de consumo



Dinheiro suado

► As redes *fitness* resistem às crises e não param de crescer

O mercado *fitness* no Brasil tem, ano a ano, se consolidado como um dos focos de negócios que mais resistem às crises. Grupos como Smart Fit, Bluefit, Panobianco e Selfit investem de maneira consistente em operações que geram resultados no presente e têm enorme perspectiva para o futuro. Segundo a 4ª edição do *Panorama Setorial Fitness Brasil*, o País tem 1,27 milhão de profissionais formados em Educação Física, Fisioterapia e Nutrição, além de perto de 890 mil estudantes. Do lado empresarial, o número de centros de atividades físicas quase triplicou em dez anos, de 22,6 mil em 2015 para 62,7 mil em 2025, com projeção de superar 70 mil até 2027. Em faturamento anual, 27% das operações ainda estão abaixo de 100 mil reais, mas 11% superam a marca de 1 milhão de reais, evidenciando um setor altamente pulverizado, porém com ilhas de grande escala.

Entre os praticantes, o retrato é de um público adulto, de renda intermediária e alta adesão à rotina de treino. A amostra é equilibrada entre homens e mulheres, concentrada entre 31 e 55 anos, majoritariamente casada (58%). Do total, 32% ganha até 5.648 reais e 48% entre 5.649 e 21.180 reais. Agora um dado para fazer você se mexer: 93% praticam atividade física ao menos uma vez por semana. É melhor começar a suar a camisa como seus amigos.

Tramontina verde

A Tramontina dá um novo passo na agenda ESG ao ampliar a linha de móveis Oceano +Clean, feita com plástico coletado no litoral e no mar. O que começou como um lote piloto de cadeiras Isabelle e Gabriela, em poucas cores e tiragens limitadas, ganha fôlego industrial com a entrada de novos modelos, como a cadeira Marina, e aumento de escala produtiva voltada ao varejo de massa e ao mercado corporativo. A estratégia é transformar um projeto de nicho em plataforma contínua de reciclagem, agregando valor à marca e criando barreiras competitivas num segmento altamente comoditizado.

O projeto como um todo conecta mutirões de limpeza de praias, operadores de reciclagem e a fábrica da Tramontina Delta, em Pernambuco, que incorpora o plástico beneficiado na produção de móveis. A empresa ganha o discurso de impacto ambiental mensurável, reforça relações com grandes redes e responde à pressão de consumidores e investidores por produtos de origem rastreável.

Folia lucrativa

O Carnaval de 2026 deve injetar 14,48 bilhões de reais no turismo brasileiro, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, o maior volume registrado para a data. A cifra representa alta real de 3,8% sobre 2025, quando a festa movimentou 12,03 bilhões de reais, descontada a inflação. O avanço consolida a recuperação pós-pandemia e confirma o feriado como peça-chave do faturamento de verão para as empresas de serviços, comércio e entretenimento.

Os bares e restaurantes aparecem como os principais ganhadores do Carnaval, com receita prevista de 5,77 bilhões de reais, ante 5,4 bilhões de reais

em 2025. Em seguida vêm os transportes rodoviário e aéreo, com 3,73 bilhões de reais, e a hospedagem em hotéis e pousadas, que deve faturar 1,44 bilhão de reais. Juntos, esses três segmentos tendem a concentrar mais de 74% da receita do período, ancorados em fluxo recorde de 1,42 milhão de turistas estrangeiros, câmbio favorável e inflação de serviços sob maior controle. A CNC projeta ainda a abertura de 39,2 mil vagas temporárias, com destaque para alimentação fora do lar, que sozinha deve responder por quase 28 mil contratações.

Anti-Trump

A política pode ser divertida e até mesmo gerar frutos financeiros, muito além de negócios esquisitos ou rachadinhas. Bonés vermelhos com a inscrição “Make America Go Away”, à venda na Groenlândia e na Dinamarca, transformaram um símbolo político em oportunidade de negócios. Inspirados e ao mesmo tempo críticos aos tradicionais bonés “Make America Great Again” de Donald Trump, os acessórios surfam a tensão diplomática em torno do interesse dos Estados Unidos em anexar a ilha.

Um dos criadores é o *designer* dinamarquês Jens Martin Skibsted, ligado ao site c55 e à ONG Ugut, que produz e comercializa modelos com o *slogan* “Make America Go Away” e variações ligadas à cultura local, com parte da receita destinada a causas sociais. Outro protagonista é Jesper Rabe Tønnesen, dono de uma loja *vintage* em Copenhague, que encomendou vários modelos de bonés satíricos e viu o estoque encalhado tornar-se um sucesso de vendas depois de os protestos contra Donald Trump ganharem escala. •

redacao@cartacapital.com.br

Potencial reprimido

TECNOLOGIA O Brasil busca consolidar presença estratégica no mercado global de semicondutores, base da Indústria 4.0

Cantado em prosa e verso como detentor de água abundante e vastas reservas de terras-raras e outros minerais, que o tornam um ator estratégico para o desenvolvimento global de *data centers* e da Inteligência Artificial, o Brasil reúne também todos os pré-requisitos para se tornar uma potência na produção de semicondutores. Base da fabricação de *chips*, esses componentes são hoje essenciais não apenas para o setor de Tecnologia da Informação, mas também para as indústrias automobilística e eletroeletrônica, entre outras. Esse mercado já movimenta 750 bilhões de dólares por ano e, segundo estimativas, pode dobrar de tamanho até o fim da década, alcançando a impressionante cifra de 1,3 trilhão de dólares.

Participar de forma soberana da disputa industrial e comercial nesse promissor mercado não será fácil para o Brasil. O cenário envolve tarifas extras, restrições a vendas e importações e outras medidas coercitivas que mobilizam os governos da China, dos Estados Unidos e da União Europeia, além de gigantes fabricantes de semicondutores, como Nvidia, Huawei e Nxpéria. A disputa já foi apelidada de *chip war* pela imprensa mundial, devido à importância estratégica e geopolítica do setor.

O governo brasileiro busca colocar o País nessa disputa global. A ministra da

Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, anunciou no fim do ano passado, após viagem oficial à Malásia, uma parceria entre a brasileira Tellescom e a malaia Inari para produção, encapsulamento e testes de semicondutores, voltados a clientes da indústria automotiva, da comunicação e da internet das coisas. Com investimento inicial de 170 milhões de dólares, a *joint venture* comprometeu-se a iniciar ainda este ano, em Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul, a construção de uma planta de 10 mil metros quadrados, com expansão prevista para os próximos anos.

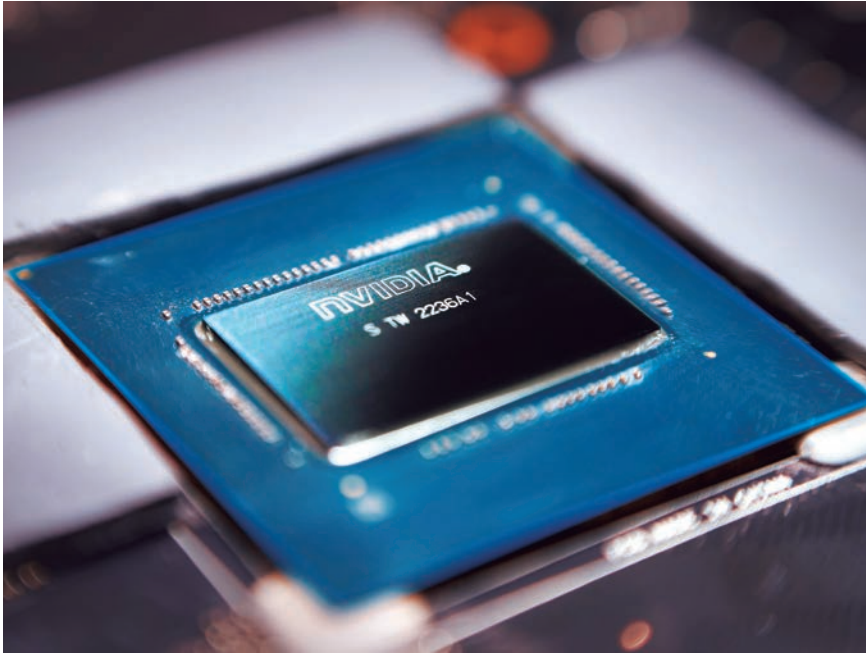
“Trabalhar com o suporte técnico de um parceiro internacional consolidado torna a implementação do negócio muito mais rápida”, afirma Ronaldo Aloise Júnior, CEO da Tellescom. Ele explica como será a produção: “Vamos importar os *wafers*, que são as lâminas de silício onde os circuitos estão impressos, e transformá-los em processadores e microcontroladores”. A ideia é diversificar

Com a retomada do Ceitec e nova parceria com a Malásia, o governo federal pretende revitalizar o setor

a produção nacional. “O Brasil tem cinco empresas que encapsulam componentes, mas elas atuam sobretudo em memórias de computador e telefone. Vamos para outro segmento”, anuncia o executivo.

A construção da nova unidade soma-se ao esforço iniciado com a retomada do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), em Porto Alegre. Única estatal produtora de *chips*, o Ceitec teve seu processo de extinção iniciado pelo governo de Jair Bolsonaro e depois revertido pelo governo Lula. Rogério Nunes, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores (Abisemi), destaca que a empresa pública é estratégica para o Brasil. “É a única na América Latina focada no desenvolvimento e fabricação de *wafers*. O cancelamento do seu processo de liquidação mostra que o governo atual reconhece a importância e o potencial da indústria de semicondutores para o País.”

O Ceitec atua na área de semicondutores de potência fabricados em carbeto de silício e utilizados no setor automotivo e em *data centers*: “O Brasil é o único no Hemisfério Sul e um dos poucos no mundo que dispõem de uma indústria consolidada de semicondutores focada na área de encapsulamento e testes de *chips*”, diz o presidente da Abisemi. A cadeia de valor na área de semicondutores inclui três setores principais: o *design*, a fabricação de *wafers* e o encapsulamento e teste de *chips*: “O Brasil tem boa penetração na área de *design* com algumas empresas nacionais e a prestação de serviços para companhias globais que aqui empregam *designers*. Tem seu principal negócio na área de encapsulamento e testes de memórias que geram faturamento de mais de 1 bilhão de dólares anuais no mercado interno. Além disso, possui bons conhecimentos acadêmicos na área de manufatura de *wafers*, tendo o Ceitec como principal iniciativa”, resume Nunes.



Chip war. O segmento está no centro de uma batalha geopolítica. Ciente disso, Lula decidiu resgatar o Ceitec, que quase foi extinto na gestão de Jair Bolsonaro



Em 2025, a intensa demanda por *chips* no Brasil, aliada ao cenário global de restrições puxado por EUA e China, chegou a colocar em risco o suprimento do mercado nacional de veículos e celulares. Ao longo do ano passado, afirmam entidades setoriais, os preços de alguns tipos de *chip* tiveram alta de mais de 100%. “A explosão no número de *data centers* e a demanda por IA reposicionaram o mercado. Os fabricantes de semicondutores optaram por atender a esse importante segmento, que tem um valor agregado cada vez maior. Esse impacto continuará a

ser sentido em 2026 e alguns setores terão pela frente, nos próximos meses, um grande desafio”, diz Maurício Helfer, diretor da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Para Nunes, o Brasil só não aproveita melhor as oportunidades que surgem por conta da morosidade da sua atuação regulatória. “As economias que se destacam são normalmente aquelas em que os governos agem com brevidade, definindo as estratégias e desdobrando-as em ações. O governo precisa atuar de forma tão dinâmi-

ca quanto as mudanças de mercado”, diz.

Professor de Gestão do Conhecimento e da Inovação da Escola Politécnica da PUC gaúcha e consultor de SemiCon do Tecnopuc, Adão Villaverde lembra que os semicondutores são o quarto produto mais comercializado no mundo, depois de petróleo bruto, petróleo refinado e automóveis, mas hoje é estruturante para os outros três. “Sua escassez generalizada, catalisada pela tragédia pandêmica, crise climática, necessidade de descarbonização, transição energética, a guerra no Leste Europeu e a transformação digital, revelou sua indispensabilidade para a economia global, além de também ter afetado seus suprimentos.”

Para o Brasil tornar-se um *player* competitivo e “não perder esse trem”, acrescenta Villaverde, o governo precisa tomar algumas decisões. “É urgente definir qual a nossa estratégia para o setor. Em desenvolvimento, projetos, encapsulamento e testes já somos um referencial na América Latina. Mas, na manufatura, estudos revelam que devemos optar por nichos como os nominados *chips* maduros, de nanometria mediana, que temos total capacidade de produzir. Ou, no caso das novas rotas tecnológicas, optar pelos dispositivos de potência como o Ceitec está fazendo, dado o enorme mercado futuro que se abre a esses dispositivos”, destaca. O especialista também pede a ampliação das parcerias e a mudança de escala nos orçamentos que o Estado e o setor privado devem planejar e garantir. “Só assim o Brasil mergulhará definitivamente nessa cadeia produtiva e de suprimentos”, conclui. ●

– Por Maurício Thuswohl



O butim dos piratas

VENEZUELA A Casa Branca escolhe a contestada Trafigura para comercializar o petróleo “confiscado” do país caribenho

POR JAMIL CHADE

Uma empresa na Suíça envolvida em escândalos, uma conta obscura no Catar, acordos pouco transparentes e uma receita administrada integralmente pela Casa Branca. Desde o sequestro de Nicolás Maduro, um dos elementos mais delicados do novo controle dos Estados Unidos sobre a Venezue-

la passou a ser o destino do petróleo do país. Oficialmente, o governo de Donald Trump anunciou a interrupção e o confisco das vendas “clandestinas” de óleo e prometeu que, a partir de agora, as exportações do combustível iriam “beneficiar” o povo venezuelano e o norte-americano. Bravata. O que está em curso mais se parece, porém, com pirataria, com a ges-

tão por tempo “indefinido” dos recursos da nação caribenha nas mãos do republicano, conforme as explicações do secretário de Energia dos EUA, Chris Wright.

Segundo fontes ligadas ao setor do petróleo, Washington hoje supervisiona o comércio do petróleo venezuelano. A liberação do dinheiro obtido com a venda é controlada diretamente pelo governo



norte-americano, com Trump a dar a última palavra. Há duas semanas, pela primeira vez desde a queda de Maduro, o governo dos Estados Unidos vendeu barris de petróleo venezuelano e arrecadou 500 milhões de dólares com a transação. Os dividendos foram depositados em contas controladas pelos EUA no Catar.

A escolha do país no Oriente Médio deu-se por conta de um suposto caráter neutro do emirado. A presidente interina da Venezuela, Delcy Rodríguez, anunciou que 300 milhões de dólares seriam direcionados ao país, mas diplomatas confirmaram à reportagem que os recursos foram “carimbados” por Washington e devem ser usados exclusivamente para a estabilização da moeda local. Não existe auditoria independente.

Para a comercialização do petróleo, um acordo foi fechado com a Trafigura, uma



Balcão de negócios. Genebra não produz uma gota de óleo, mas é o centro das transações da commodity. Por lá passaram os primeiros galões retidos pelos EUA

das maiores *traders* do mundo, sediada em Genebra. Ainda que pela Suíça não passe um único e escasso litro do petróleo, a corretora ganhou o direito de intermediar as transações. Em 9 de janeiro, a companhia emitiu um comunicado apologetico: “A pedido do governo dos EUA”, diz o texto, “a Trafigura e a Vitol estão prestando serviços de logística e marketing para facilitar a venda de petróleo venezuelano”. Prossegue a nota: “A escala e a capacidade da Trafigura como uma das maiores empresas independentes de comercialização de petróleo do mundo, aliadas à nossa frota global de navios e rede logística, nos posicionam entre as poucas empresas capazes de executar uma operação dessa magnitude e complexidade com eficiência”. De-

talhe: John Addison, executivo da Vitol, parceira da Trafigura na transação, doou 6 milhões de dólares à campanha de Trump. Seria o contrato de venda do petróleo venezuelano, sem licitação, uma retribuição à generosidade do doador?

Nem o comunicado nem o governo Trump mencionam o fato de que, em 2025, a *trader* se envolveu em um escândalo de enormes proporções. O Supremo Tribunal da Suíça condenou a Trafigura e o executivo Mike Wainwright por suborno em um contrato que incluía o acesso ao mercado de petróleo de Angola. Wainwright, ex-diretor de operações da empresa, pegou 32 meses de cadeia e a empresa viu-se forçada a pagar uma multa de 148 milhões de dólares.

A Trafigura é uma velha conhecida da Justiça dos EUA e do Brasil. Depois de anos de investigações no contexto da Operação Lava Jato, a *trader* concordou em pagar 75,8 milhões de dólares em um acordo com as autoridades brasileiras, encerrando em abril do ano passado os processos cíveis em andamento. O desfecho só se deu após a confissão de culpa em um

**A primeira
venda **rendeu 500
milhões de dólares.**
O dinheiro foi
depositado no Catar**

Nosso Mundo

tribunal federal norte-americano, onde a empresa admitiu ter pago propinas entre 2003 e 2014 e concordado com uma multa de 127 milhões de dólares.

O histórico não impediu a corretora de ser escolhida pelo governo Trump para atuar no lucrativo mercado venezuelano. Em 25 de janeiro, zarpou do complexo portuário de José, no estado de Anzoátegui, a primeira embarcação carregada com petróleo do país sul-americano com destino à Louisiana. O carregamento representou o primeiro marco operacional da entrega dos recursos locais e reabriu a rota direta com os EUA. De fato, enquanto empresas do setor do petróleo hesitavam em embarcar na aventura de Trump na região, nos dias seguintes ao sequestro de Maduro, o CEO da Trafigura, Richard Holtum, afirmou ao republicano que o grupo estava trabalhando “para trazer esse petróleo venezuelano para os Estados Unidos”.

A operação não termina, porém, nas refinarias dos EUA. A Trafigura tem oferecido petróleo bruto venezuelano à China e à Índia, com as primeiras entregas prometidas para março. Em uma entrevista recente à Bloomberg, o chefe global da divisão de petróleo da *trader*, Ben Luckock, disse: “Acho que todos estão de olho nas oportunidades que podem existir na Venezuela”. Um fator decisivo é o impacto na variação de preços que a oferta do óleo do país caribenho teria diante do risco geopolítico decorrente dos protestos no Irã e da tensão crescente entre Teerã e Washington.

O esquema montado é radicalmente diferente da estrutura criada após a queda de Saddam Hussein, também pelas mãos dos EUA. Naquele momento, um Fundo de Desenvolvimento para o Iraque foi estabelecido. O sistema havia sido criado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e o dinheiro era administrado pelo Federal Reserve, o Banco Central dos EUA, em um processo que garantia ao mesmo tempo independência em re-

O deputado **Thomas Massie**, do partido de Trump, **chama a operação de roubo**

lação à Casa Branca e certa transparência. Um ano depois, a gestão dos poços voltou ao controle dos iraquianos, ainda que os contratos tivessem sido distribuídos a empresas ocidentais e, principalmente, norte-americanas. No caso de Caracas, menos de um mês depois da “extração” de Maduro, parlamentares venezuelanos deram apoio inicial aos planos para abrir o setor petrolífero a investidores privados, pavimentando o caminho para o retorno das grandes empresas de energia norte-

-americanas, exigência de Trump. A aprovação enterrava um dos pilares do governo chavista, o controle estatal sobre o setor.

Ao sequestrar Maduro, Washington herdou um abacaxi. Hoje, a Venezuela tem uma dívida com credores estrangeiros de cerca de 140 bilhões de dólares. Uma parte é com a China e há até mesmo pendências com o BNDES, banco de fomento do Brasil. Uma ordem executiva assinada por Trump dias depois da operação em Caracas impede, no entanto, que os dividendos das exportações sejam usados para quitar as dívidas do Estado venezuelano. Segundo a ordem, os fundos “pagos ou mantidos em contas designadas pelo Tesouro dos EUA” ou recursos “em nome da Venezuela ou de suas agências ou entidades” devem ser protegidos dos credores. A decisão afeta as petroleiras estrangeiras que tiveram ativos nacionalizados e que esperavam recuperar os investimen-





Parceria. Presidente interina da Venezuela, Delcy Rodríguez finge indignação, enquanto aceita os termos do confisco imposto pela Casa Branca

tos. As companhias norte-americanas reivindicam uma indenização de 25 bilhões de dólares do país caribenho. Só a ConocoPhillips registrou três solicitações de quase 12 bilhões de dólares. “Não vamos olhar para o que as pessoas perderam no passado, porque a culpa foi delas”, disse Trump ao CEO da empresa, Ryan Lance, durante reunião na Casa Branca em 9 de janeiro. A atitude gerou insatisfação. “Nossos ativos já foram confiscados lá duas vezes”, rebateu o presidente da ExxonMobil, Darren Woods, no mesmo encontro.

Não só os executivos do setor se sentiram ludibriados. A decisão de Trump gerou reações no mundo político. Os democratas exigem transparência nos negócios venezuelanos e querem mais informações a respeito da contínua presença dos barcos militares na costa caribe-

nha. Um grupo de senadores de oposição enviou uma carta à Casa Branca, na qual exigem saber se o círculo íntimo do magnata lucrará com a venda de petróleo. Os parlamentares querem que funcionários do governo sejam obrigados a divulgar “imediatamente quaisquer interesses financeiros” em empresas com atuação no setor na Venezuela. A carta assinada por Adam Schiff, da Califórnia, e Elizabeth Warren, de Massachusetts, entre outros, cita a recente proposta de Washington às empresas, oferecendo garantias de segurança privada como forma de convencer executivos do setor a investir no país politicamente instável. O presidente e CEO do Instituto Americano de Petróleo, Mike Sommers, afirmou que mudanças nas políticas, segurança e proteções de investimento estavam entre os pré-requisitos para as petroleiras voltarem a investir na Venezuela.

Nem mesmo os republicanos parecem convencidos. Um dos ataques mais duros veio justamente de um deputado do partido, Thomas Massie, que descreveu o petróleo adquirido da Venezuela como “roubado” em uma publicação na plataforma social X e argumentou que o governo burlava o poder do Parlamento sobre o orçamento. “Vender petróleo roubado e depositar bilhões de dólares em um banco no Catar para serem gastos sem a aprovação do Congresso não é constitucional”, escreveu. “Somente o Congresso pode destinar verbas.” Massie acrescentou: “O presidente não pode legalmente criar um segundo Tesouro no exterior para seu próprio bolso. Acorde, Congresso”.

O comentário enfureceu a Casa Branca. “O presidente Trump prendeu o líder narcoterrorista da Venezuela que envenenou o povo americano com drogas mortais e enviou milhares de imigrantes ilegais perigosos para o nosso país”, respondeu a porta-voz Taylor Rogers. Quanto às dúvidas lançadas pelo parlamentar, o governo preferiu manter silêncio. •

Clube privê

GEOPOLÍTICA Lula e outras lideranças resistem ao conselho imperial imaginado por Trump para subjugar o planeta

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

Depois de implodir o multilateralismo, as Nações Unidas e o direito internacional, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, está empenhado em colocar de pé um *resort* diplomático com contornos brutalistas. O assim chamado Conselho da Paz nasceu com a justificativa de organizar a reconstrução da Faixa de Gaza. Em poucos meses, foi, no entanto, convertido num *bunker* pessoal do presidente norte-americano, de dentro do qual ele espera imiscuir-se em todos os problemas do mundo, a seu próprio modo e sem contestações.

Ao mesmo tempo que proclama o fracasso das Nações Unidas, Trump dá sinais de que pretende trazer para si a prerrogativa de reorganizar as relações entre os países, declarando intervenções militares onde julgar necessário, como na Venezuela, liderando planos de reconstrução humanitária, a exemplo de Gaza, e impondo embargos e sanções, como fez contra países tão distintos quanto o Irã e o Brasil. Tudo o que as Nações Unidas tinham a prerrogativa de fazer legalmente, ou de impedir que fosse feito de maneira ilegal, passou a ser objeto de interesse do republicano, pessoalmente. “A ONU simplesmente não

tem sido muito útil”, afirmou na terça-feira 20. “A ONU deveria ter resolvido todas as guerras que eu resolvi. Eu nunca recorria a ela. Nunca sequer pensei em recorrer.”

O Brasil foi convidado a ingressar nesse clube privado pós-ONUsiano, mas o presidente Lula não se animou com a ideia de pagar 1 bilhão de dólares de ingresso por um assento permanente, tampouco de referendar uma instância obscura na qual Trump vai reinar absoluto, tendo a seus pés uma porção de países dóceis aos interesses da Casa Branca, entre eles a Argentina, ou simplesmente interessados em referendar uma nova ordem mundial, na qual a força bruta fale

mais alto do que o direito internacional, o que interessa às aspirações da Rússia em relação à Ucrânia, entre outros.

O Brasil considera o menu do novo grupo guloso demais. “Propus que o órgão apresentado pelos Estados Unidos se limite à questão de Gaza e preveja assento para a Palestina”, afirmou Lula em uma postagem em suas redes, na mesma segunda-feira 26 em que conversou com Trump ao telefone. “Reiterei a importância de uma reforma abrangente da Organização das Nações Unidas, que incluía a ampliação dos membros permanentes do Conselho de Segurança.”

No dia seguinte à conversa com Trump, Lula, que havia dias atrás trocado figurinhas com o colega chinês Xi Jinping, discutiu o mesmo assunto com o presidente da França, Emmanuel Macron, com quem disse estar sintonizado. “Defendemos o fortalecimento das Nações Unidas e concordamos que iniciativas sobre paz e segurança devem estar alinhadas aos mandatos do Conselho de Segurança e aos princípios e propósitos da Carta da ONU”, informou o brasileiro.

Com isso, o Brasil declinou do convite para integrar o conselho criado por Trump e reafirmou sua crença no direito internacional e na ordem estabelecida em torno das Nações Unidas após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Lula, ao mesmo tempo, destacou o fato de que o tal conselho deveria ater-se à reconstrução de Gaza, assunto que motivou o embrião dessa instância, ainda em 2025, a partir de uma primeira proposta feita pelo ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair. Para o petista, o assunto do conselho deve ser Gaza, e sua formação deve incluir os maiores interessados no assunto, os próprios



Multilateralismo. Xi Jinping e o petista trocaram ideias



Suserano. O presidente dos EUA obteve a adesão de países vassalos ao comitê que pretende ir muito além da reconstrução da Faixa de Gaza

tram publicamente empenho em defender o direito internacional e as instituições multilaterais criadas no pós-Guerra.

Neste ano, o Fórum Econômico de Davos, na Suíça, foi transformado, inesperadamente, numa cúpula europeia de defesa da chamada ordem internacional, contra o assédio de Trump. O estopim foi a ameaça norte-americana de anexar a Groenlândia, mas o rumo do debate acabou muito mais abrangente, com os principais nomes da União Europeia subindo ao púlpito para falar em nome de uma ordem que muitos proclamam como morta. “Está tudo mudando”, arrisca Lopes. “A ficção jurídica da igualdade soberana entre os povos vai sucumbindo à medida que arranjos de geometria variável e movidos por interesses que não necessariamente se coadunam com o direito internacional vão se impondo muito claramente sob a liderança de Donald Trump.” O Conselho da Paz seria um caso, tanto quanto o Cinturão e a Rota da China, a Conferência de Xangai, o BRICS e até o G20 e o G7. “São arranjos tópicos e pontuais, menores, que agrupam com base em critérios casuísticos”, prossegue o professor. “Sacramento com certa tristeza a derrocada da ONU. É difícil ela se reerguer desta vez. Me surpreenderia muito ela se reerguer no curto prazo.”

A julgar pelas declarações de Lula, o Brasil ainda resiste a esse diagnóstico, e busca associar-se a democracias, como a francesa, que têm a mesma opinião a respeito da necessidade de reformar as Nações Unidas e de preservar o multilateralismo internacional, ao menos até que as divergências sobre os detalhes dessa forma voltem a aflorar entre aqueles que acreditam pensar igual. •

palestinos. Não está claro se o Brasil reconsiderará sua posição de não fazer parte do conselho, caso o órgão restrinja de fato a atuação à reconstrução de Gaza. Uma coisa é certa: se a mera substituição da ONU seguir no menu, Lula está fora.

O problema, para alguns estudiosos das relações internacionais, é que a demanda do Brasil, de reformar o Conselho de Segurança da ONU, é legítima, mas ficou velha. “Há 20 anos, querer estar nesse lugar dizia uma coisa, hoje diz outra”, avalia Dawisson Belém Lopes, professor de Política Internacional e Comparada na Universidade Federal de Minas Gerais e autor de um livro que passa a limpo a política externa brasileira, de José Bonifácio a Celso Amorim. Segundo ele, esta “é uma ONU à beira do colapso, politicamente esvaziada, sem orçamento e com as duas últimas gestões muito frágeis”. Portanto,

“participar seria simbolicamente uma vitória da democracia brasileira, mas uma vitória tardia, que não mudaria muito o estado das coisas no mundo”.

A falência desse sistema tem sido proclamada por atores tão diversos quanto Trump e acadêmicos que estudam as relações internacionais, mas essa tese escatológica não faz parte do vocabulário de líderes como Lula e Macron, que demons-

O brasileiro ainda aposta na reforma das Nações Unidas, talvez impossível a esta altura

O artesão da cena

TEATRO O premiado diretor Gabriel Villela reinventa o texto de Sêneca e leva aos palcos uma Medeia repleta de brasilidade

POR MARIA FERNANDA VOMERO





Estreia. O encenador, cenógrafo e figurinista apresenta *Medea*, grafada assim, sem o “i”, no Sesc, em São Paulo

Quando o assunto é teatro, o encenador, cenógrafo e figurinista Gabriel Villela pode conversar animadamente por horas. Terá sempre um comentário interessante sobre algum texto dramático, uma anedota a respeito de uma das mais de 50 montagens que dirigiu ou, ainda, a recordação de algum lugar visitado, como o famoso Teatro de Epidauro, na Grécia, e Praga, capital da República Tcheca, com sua herança barroca.

Premiado diretor teatral, ele já levou para os palcos textos de autores tão diversos quanto William Shakespeare, Luigi Pirandello, Samuel Beckett e Nelson Rodrigues, entre vários outros, sempre com uma teatralidade apoiada em características barrocas e um evidente toque de brasilidade na concepção da cena.

Sua montagem mais recente, *Medea*, na versão do filósofo estoico romano Sêneca para a tragédia do grego Eurípedes, estreia na sexta-feira 29 no Sesc Conso-

lação, em São Paulo. A tradução escolhida é a do pesquisador português Ricardo Duarte, publicada pelas *Edições 70* – por isso a grafia do nome sem o “i”. “Queria o texto em um português mais sisudo, mais robusto”, conta.

Apaixonado pela “prática da palavra”, Villela confessa que, uma vez escolhida a dramaturgia com a qual vai trabalhar, monta seus elencos com base na habilidade vocal dos intérpretes. “Ao chamar este ou aquele ator, estou escolhendo a palavra, estou escolhendo a voz.”

Três atrizes encarnam Medeia na peça, ressaltando-a em diferentes momentos. Rosana Stavis faz a personagem no auge da fúria, em Corinto; Mariana Muniz a interpreta no momento de feitiçaria, quando prepara os venenos, e Walde rez de Barros, em participação especial, representa a protagonista na maturidade, de volta à sua cidade natal.

O mito de Medeia, cujas primeiras referências se encontram na *Teogonia* do poeta grego Hesíodo, obra datada do século VIII a.C., narra a história da princesa de Cólquida (atual Geórgia), também feitiçeira, que se apaixona pelo argonauta Jasão. Depois de ajudá-lo a recuperar o Velocino de Ouro (um carneiro mitológico com pelagem dourada e propriedades mágicas), foge com o amado para a Grécia, onde se casa e tem filhos.

Em Corinto, Jasão abandona Medeia para unir-se a Creúsa, filha do rei Creonte. Como vingança, a feitiçeira mata a noi-

va e o rei para então assassinar os próprios filhos. Se na tragédia de Eurípedes, apresentada no ano 431 a.C., a protagonista se mostra racional e ciente de seus atos, na obra de Sêneca, escrita cerca de quatro séculos depois, ela é guiada até o fim por emoções desmedidas – da paixão à ira.

“Sêneca joga em Medeia um conteúdo fortemente estoico”, afirma Villela, lembrando que as tragédias latinas não se limitavam ao entretenimento, servindo também para veicular ideias filosóficas. “Como heroína trágica, em Eurípedes, ela faz o que tem de ser feito e ponto. Em Sêneca, Medeia titubeia. Experimenta uma escalada de emoções que sai do eixo humano: ela vira um bicho.”

Ao longo da peça, a protagonista prefere longos solilóquios permeados pelo ideário do estoicismo, que pregava o controle das emoções. “Sêneca viveu os governos de Tibério, Calígula, Cláudio e Nero, de quem se tornou preceptor”, diz. “Viu aquele homem virar um monstro. Por viver dentro do palácio, testemunhou um ambiente atroz, animalesco. O teatro, para ele, torna-se um espelho daquela realidade.”

A situação do Brasil contemporâneo “como pólis” e a ausência de mais montagens brasileiras de Sêneca, conta Villela, motivaram-no a encenar o texto do filósofo. “A palavra dele, em *Medea*, é bonita demais.”

Um elemento cenográfico reforça a pretendida potência da palavra: as cabaças trazidas de Minas Gerais, vasos de barro que remetem às ânforas gregas, espalhadas pelo palco. “As ânforas eram o princípio da acústica do teatro grego”, diz. “O coro fala com a cabeça voltada para baixo por dois motivos: primeiro, porque veste a máscara, elemento essencial da cultura cênica da época; segundo, para dirigir a voz para dentro desses vasos.”

O cenário, idealizado por José Carlos Serroni, combina alusões gregas – a

“O teatro, para mim, precisa ser como o avesso do bordado da minha mãe: perfeito”, diz



exemplo das ruínas de teatros e palácios, como o do rei Minos, em Creta – e referências do circo-teatro, como o picadeiro, evocando as memórias do menino Gabriel na fazenda da família em Carmo do Rio Claro, no interior mineiro, onde nasceu.

Villela deixou Minas Gerais no início dos anos 1980 para estudar direção teatral na Universidade de São Paulo, mas Minas nunca o abandonou. As cores e as paisagens da fazenda, as tosquias das ovelhas, os bordados da mãe, os cortes da tia modista, os tecidos em trama espinha-de-peixe típicos da cidade, a arte barroca das igrejas de São João del Rei, tudo isso constitui a base de suas escolhas estéticas e continua a aparecer, sobretudo, nos figurinos de suas peças.

“Os paninhos”, termo com o qual ele se refere aos tecidos, telas e outros materiais têxteis, lhe provocam um autêntico entusiasmo. No espaço cultural Vila Ouro Preto, no Bixiga, em São Paulo, onde o grupo ensaiava *Medea*, Villela montou seu ateliê em um amplo cômodo do andar superior e fez dele um espaço de invenção. Lá, criou 27 vestuários.

“Busco seguir uma espécie de antropologia do pano, usando tecidos que carregam memória, alguma história inscrita – um xale, um caminho de crochê, uma ca-

Elementos populares. A *Rua da Amargura*, encenada em 1994, foi uma das montagens em que dirigiu os artistas do Grupo Galpão, de Minas Gerais

pa de almofada”, afirma. Para os figurinos de *Medea*, ele conta que passou cerca de cinco meses no sítio em Carmo do Rio Claro pesquisando materiais. “Entreí no mato e saí com sementes, cipós, cascas de madeira, pau-brasil”, brinca.

No início da trajetória teatral, ainda em sua cidade natal, Gabriel Villela integrou o Grupo Raízes, apresentando-se em festivais de teatro amador no sul de Minas. Embora nunca tenha fundado nenhum coletivo teatral, dirigiu vários grupos de destaque na cena brasileira, como Galpão, de Belo Horizonte, Clowns de Shakespeare, de Natal, e Os Geraldos, de Campinas.

Em *Romeu & Julieta*, o primeiro es-

petáculo realizado com o Grupo Galpão, Villela entrelaçou Shakespeare, elementos da cultura popular brasileira e um linguajar característico do sertão mineiro. A peça, que estreou em Ouro Preto em 1992, foi apresentada mais de 300 vezes no Brasil e no exterior. Teve também duas curtas temporadas no Shakespeare’s Globe Theatre, em Londres, no ano 2000 e em 2012.

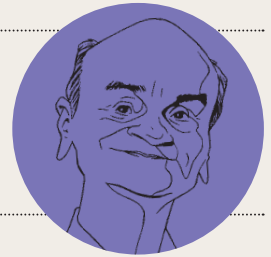
“Foi fácil para nós chegarmos a uma identidade popular para *Romeu & Julieta*, porque a gente já tinha o (*Movimento*) Armorial colado na cara, desde a faculdade”, lembra, referindo-se à iniciativa artística criada por Ariano Suassuna em prol de uma arte erudita genuinamente brasileira. Villela voltou a dirigir os artistas do Galpão nas montagens de *A Rua da Amargura* (1994) e *Os Gigantes da Montanha* (2013).

Aos 68 anos, o artista soma quase cinco décadas dedicadas ao teatro. Tudo é feito com criatividade, mas também com rigor. Isso vale tanto para os figurinos quanto para a direção. “Costumo dizer que o teatro, para mim, precisa ser como o avesso do bordado de minha mãe: perfeito”, afirma. “Tenho essa exigência. Se eu deixar uma linha solta, acho que mamãe ou as irmãs dela vão aparecer para me dar uma surra.” •

O diretor conta que, ao escolher um ator ou uma atriz escolhe, na verdade, uma voz

DRAUZIO VARELLA

Médico cancerologista, foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil. É autor, entre outras obras, de *Estação Carandiru*, vencedor do Prêmio Jabuti de não ficção em 2000



É melhor prevenir

► **Mesmo que se descubra uma cura para a Aids, é essencial interromper a transmissão do HIV com os recursos que já temos à disposição**

Minha geração de médicos viu os primeiros casos de Aids. Foi um choque. Os pacientes vinham com queixas compatíveis com quadros infecciosos de evolução rápida. Mal acabávamos de controlá-los, vinha outra infecção, seguida de outras mais graves, que levavam a morte inexorável sob os nossos olhos.

Desconfiávamos que o agente causador seria um vírus, mas não havia certeza. Ficávamos limitados ao tratamento das doenças oportunistas, consequências da debilidade imunológica instalada.

Três anos depois dos primeiros casos, o vírus foi isolado, o teste para detectá-lo entrou em prática e, em 1985, surgiu o AZT, a primeira droga com ação anti-HIV. Em 1995, os inibidores da protease viral demonstraram alta eficácia. A combinação de drogas, conhecida popularmente como coquetel, mudou tudo: pacientes à beira da morte recebiam alta e voltavam para casa; muitos deles estão vivos até hoje. Foi uma das maiores revoluções da história da medicina.

De esquemas de administração complexos, que implicavam a ingestão de 20 ou mais comprimidos por dia, divididos em várias tomadas, o tratamento evoluiu para um ou dois comprimidos diários que facilitam a adesão e contro-

lam a carga viral por anos consecutivos.

O Brasil teve papel decisivo na redução da velocidade de transmissão do HIV no mundo. Primeiro, porque provamos ser possível oferecer acesso universal aos medicamentos. Segundo, porque fomos os primeiros a demonstrar, em grande escala, que pessoas com cargas virais indetectáveis dificilmente transmitem o vírus.

O problema ainda insolúvel é o de que os medicamentos devem ser mantidos diariamente pelo resto da vida. A interrupção é rapidamente seguida da multiplicação do vírus, do aprofundamento da depressão imunológica e do risco de infecções oportunistas de repetição.

Embora existam alguns pacientes com leucemia curados da infecção pelo HIV, ao receber transplante de medula óssea, os antivirais apenas suprimem a multiplicação do HIV, sem conseguir eliminá-lo do organismo.

Acabam de ser publicados na revista *Nature* dois estudos independentes, mostrando que um tipo particular de células do sistema imunológico tem papel importante nessas curas funcionais.

No primeiro estudo, pesquisadores do MIT e de Harvard acompanharam pacientes que, além dos antivirais de rotina, receberam anticorpos neutralizadores contra diversas variantes do HIV. De 14% a 22% controlaram a multiplicação do vírus por pelo menos dois meses, depois da suspensão dos antivirais. Um deles manteve a carga viral sob controle durante sete anos, sem nenhum tratamento.

No outro estudo, pesquisadores da Universidade da Califórnia, em São Francisco, recrutaram dez pacientes que haviam recebido uma vacina experimental e uma droga para tentar reduzir os reser-

vatórios do HIV. Depois de receber os anticorpos, sete deles experimentaram controle prolongado da multiplicação viral.

Os dois grupos concluíram que as responsáveis pelo controle da replicação do HIV foram as células de memória (dotadas de receptores CD8), capazes de se multiplicar no organismo quando o vírus começa a se replicar outra vez.

Não está claro por que algumas pessoas produzem essas células imunologicamente competentes em maior número. Michel Nussenzweig, da Universidade Rockefeller, um dos autores dos dois estudos, supõe que, ao se ligarem à superfície do HIV, esses anticorpos neutralizantes formem um complexo que vai estimular o sistema imunológico para recrutar outras células que agredem o vírus.

O desafio agora é estimular a produção dessas subpopulações de células CD8, de modo a torná-las capazes de produzir níveis altos de anticorpos neutralizantes contra as variantes do HIV.

Estudos como esses têm interesse, porque permitem decifrar os mecanismos de defesa que podem ser mobilizados, não só no combate ao HIV, mas contra outros vírus que causem infecções crônicas.

Enquanto os investigadores procuram entender os mecanismos que podem levar à cura da Aids, vamos lembrar que infecções sexualmente transmissíveis não desaparecem quando a cura é encontrada. A sífilis é curada com duas injeções de penicilina benzatina, mas continua se disseminando na maioria dos países.

No mundo, existem perto de 91 milhões de pessoas convivendo com o HIV. É fundamental interromper a transmissão. Os recursos estão à nossa disposição: camisinha, profilaxia pré e pós-exposição. •

redacao@cartacapital.com.br

Viver a política e a mitologia

LIVROS As biografias de Raoni e Nahu, escritas por seus netos, revisitam as lutas dos povos originários nas últimas décadas

POR EDUARDO MAGOSSÍ

Refletindo a revisão pela qual a história oficial tem passado, duas das maiores lideranças indígenas do País ganharam, em 2024 e 2025, biografias que iluminam suas trajetórias e realçam os caminhos para a conquista de direitos dos povos originários nas últimas décadas.

Raoni – Memórias do Cacique narra a vida de Raoni Mëtyktire, o kaiapó que saiu do interior de Mato Grosso para confrontar o poder institucionalizado em busca da demarcação justa de Terras Indígenas e conquistar o mundo com sua luta incansável.

Dono das Palavras recupera a história de Nahu Kuikuro, um dos principais interlocutores do Alto Xingu junto às lideranças brancas e figura-chave para a criação do Parque Indígena do Xingu.

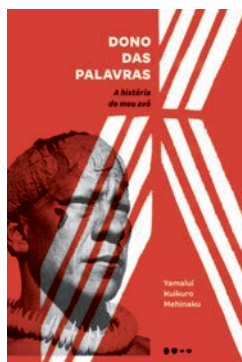
As duas obras foram escritas pelos netos dos líderes e são fruto de pesquisa minuciosa que recebeu suporte de antropólogos e indianistas. E, mais importante, são livros que contam histórias, algumas delas antes relatadas na mídia, a partir do ponto de vista dos indígenas, não dos brancos, com protagonismo das vozes e das mitologias da floresta.

Nascido em 1937, na bacia do Rio Xingu, no norte de Mato Grosso, Raoni de-



RAONI – MEMÓRIAS DO CACIQUE

Raoni Mëtyktire. Companhia das Letras (296 págs., 89,90 reais)



DONO DAS PALAVRAS

Yamalú Kuikuro Mehinaku. Todavia (216 págs., 84,90)

monstrava pendor para liderança desde a adolescência. Com pouco mais de 15 anos, foi trabalhar com os irmãos indigenistas Cláudio e Orlando Villas Bôas no Parque Nacional do Xingu, com quem fortaleceu uma relação que durou meio século.

Nesse período, além de mediar conflitos existentes dentro de seu próprio povo, ele destacou-se na arena política tanto no Brasil quanto no exterior. A partir de 1960, quando se encontrou com o presidente Juscelino Kubitschek, para reivindicar a Ilha do Bananal (TO), que seria convertida em polo turístico, Raoni se transformou em figura onipresente em Brasília.

“Você já fez Brasília para os brancos. A Ilha do Bananal é dos indígenas”, teria dito ele a JK. Desde então, os únicos presidentes que não o receberam foram Michel Temer (2016–2018) e Jair Bolsonaro (2019–2022). Em 2023, Raoni foi um dos escolhidos para subir a rampa do Palácio do Planalto com Lula na posse de seu terceiro mandato como presidente.

Com o notável batoque de madeira no lábio, sua figura carismática ganhou a simpatia do mundo. Ao lado do músico inglês Sting, conquistou adeptos em uma jornada que dura até hoje. Um exemplo é o prêmio Liberatum Cultural Honors – uma plataforma global de diplomacia cultural – recebido em 28 de dezembro. Foi criado ainda o Fundo Legado Cacique Raoni para garantir a continuidade da defesa da Amazônia.

Raoni – Memórias do Cacique é um compilado de entrevistas concedidas por ele aos netos – palavra que, na cultura kaiapó, inclui os filhos, netos e bisnetos de seus irmãos. As conversas partiram de um desejo do cacique de ter suas memórias publicadas em português para um público não indígena.

“Nosso avô viveu em dois mundos”, explicam os netos no prefácio. Além de dar



voz a seu povo fora da aldeia, Raoni teve intensa atuação como pajé, o que justificava a inclusão das mitologias e da vida espiritual na narrativa.

No prólogo, o antropólogo Fernando Niemeyer, que decupou o material gravado, destaca que o livro também é uma resposta à dívida que a sociedade brasileira tem com os povos originários, refletida no enorme abismo entre a riqueza

do pensamento e o pequeno número de publicações de autores indígenas.

Foi também a salvaguarda da memória que motivou o neto de Nahu Kuikuro a escrever *Dono das Palavras*. Ao assistir a *Xingu* (2012), dirigido por Cao Hamburger, Yamaluí Kuikuro Mehinaku notou que o avô havia desaparecido da história.

Por meio de entrevistas com parentes e amigos de Nahu, Yamaluí busca desfa-

Dois mundos. Ainda jovem, o kaiapó Raoni deixou a aldeia para confrontar o poder e lutar pela demarcação de terras. Nunca deixou, porém, de atuar como pajé

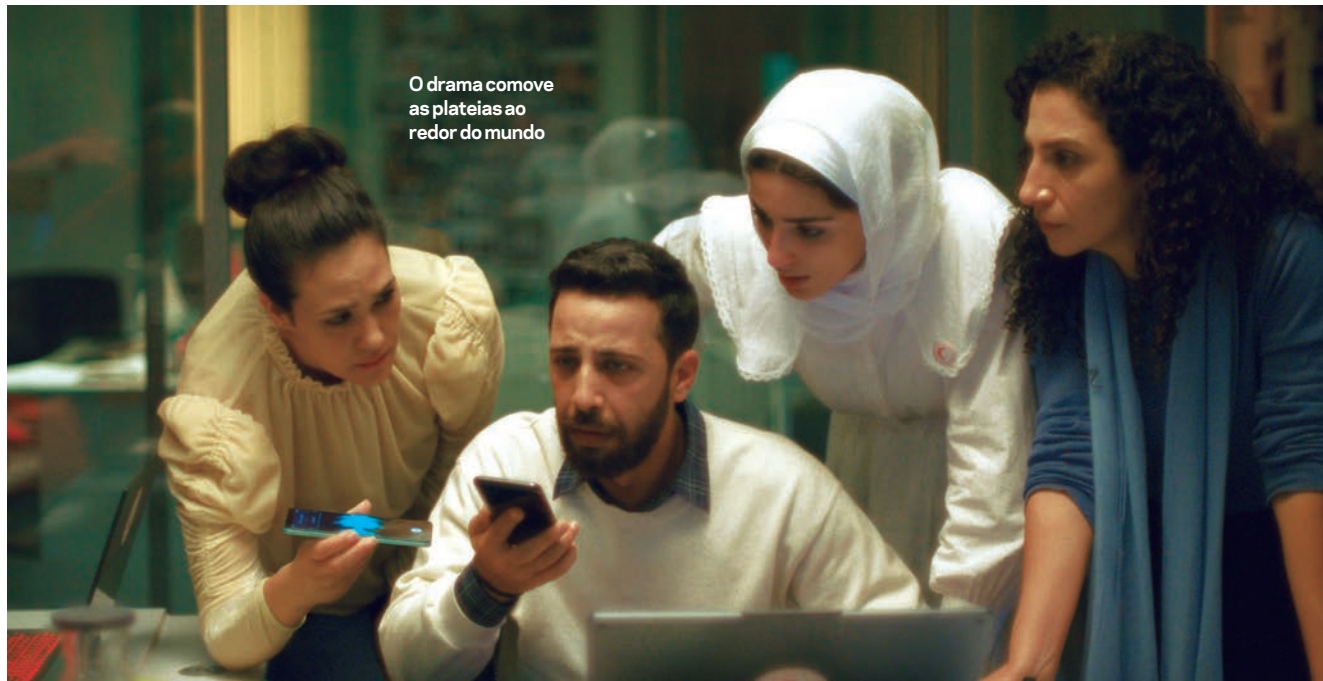
zer esse apagamento da história oficial. No livro, o último século de história do Xingu é contado a partir da vida do avô.

O título da obra vem da importância que a palavra teve na vida de Nahu. Logo cedo, ele aprendeu português, a língua dos brancos. Com isso, tornou-se um interlocutor entre o povo kuikuro e os não indígenas. Embora ele não fosse nobre dentro de sua sociedade, a capacidade para estabelecer pontes entre mundos, deu-lhe *status*. Rapidamente, Nahu tornou-se homem de confiança dos irmãos Villas Bôas e, ao lado deles, teve papel importante na criação do Parque Nacional do Xingu.

O livro é bilíngue, com os textos em kuikuro e português colocados em duas colunas, lado a lado. O tom, quase coloquial, segue a forma de contar histórias dos Kuikuro: “Nahu cresceu com o leite de sua mãe/ Algum tempo depois, faleceu o pai./ Ainda era bebê quando seu pai o deixou./ Morreu em Alahatuá./ Só ficou a mãe”.

Além de jogar luz sobre as negociações entre brancos e indígenas, o relato revela um Nahu de memória prodigiosa, mestre de saberes distintos como cantos, rezas e atividades rituais. Sua importância no Xingu era tal que, ao morrer, em 2005, foi celebrado com um Quarup, ritual fúnebre destinado a grandes chefes. “Foi um dos maiores que pude assistir”, diz o antropólogo Carlos Fausto no livro.

Homens que, ainda jovens, saíram de suas aldeias para se aventurar no mundo dos brancos, tanto Raoni quanto Nahu impressionam não só pela disposição para o enfrentamento político, mas pela capacidade de funcionar como mediadores em tempos nem sempre fáceis. •



O drama comove as plateias ao redor do mundo

Guerra e terror

CINEMA A VOZ DE HIND RAJAB CONCORRE AO OSCAR E RECONSTITUI A TRAGÉDIA DE UMA GAROTA PALESTINA VÍTIMA DOS ISRAELENSES

POR MARCELO MIRANDA

Em janeiro de 2024, na região de Tel al-Hawa, em Gaza, um carro com sete passageiros é alvejado por forças militares israelenses. Duas crianças sobrevivem ao ataque. Uma delas, de 15 anos, liga para a ONG Crescente Vermelho e pede socorro. Pouco depois ela é morta numa segunda investida. A garotinha de 5 anos, Hind Rajab, permanece viva no carro ao longo de muitas horas, em contato constante com a ONG enquanto aguarda a chegada de ambulâncias. Ao fim do dia, ela também não sobreviverá ao Exército de Israel.

O drama da menina é reconstituído num misto de ficção e documentário em *A Voz de Hind Rajab*, coprodução entre Tunísia e França que estreia na quinta-feira 29 nos cinemas. A direção é de

Kaouther Ben Hania, e o filme vem embalado pelas indicações ao Globo de Ouro e ao Oscar de melhor longa-metragem internacional. No Festival de Veneza, onde teve estreia mundial no ano passado, ganhou o Grande Prêmio do Júri.

Para ampliar o impacto da tragédia na versão fílmica, a diretora se reapropriou dos áudios originais da menina, gravados pela ONG, e os reproduz na íntegra enquanto o elenco de atores e atrizes reencena as tentativas de conseguir enviar ajuda para salvá-la. Há, então, o hibridismo de um arquivo real, que intitula o próprio filme, e a dramatização dos acontecimentos a partir de relatos dos envolvidos.

Questões éticas envolvem o uso da voz

real de uma garota de 5 anos horas antes de ela morrer pelas balas dos militares, mas o longa-metragem se sustenta o suficiente nisso para tentar passar incólume por essas discussões. O choque de “reviver” Rajab pela sua voz para então ela morrer novamente a cada reexibição do filme é um recurso que não vai além de seu próprio efeito de horror.

É claro que o filme é emocionante, mas ter a voz real da garota, para além do dado extrafílmico (ainda que informado num letreiro), tem pouco lastro. Há carga forte de sensacionalismo, ainda que de intenções humanitárias, numa narrativa que sofre pela encenação carregada de interpretações melodramáticas a tentar repassar a angústia dos envolvidos.

Ainda assim, *A Voz de Hind Rajab* tem causado muita comoção em plateias do mundo e não deverá ser diferente no Brasil. Há força nisso, além do fato de concorrer ao Oscar num ano de filmes de destaque na disputa, incluindo outro a lidar com traumas do Oriente Médio, *Foi Apenas Um Acidente*, do iraniano Jafar Panahi, e ainda o brasileiro *O Agente Secreto*. •

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



Copinha e Copão

► O Cruzeiro vence o torneio de futebol sub-20, o Flamengo reforça seu favoritismo com Paquetá, a Champions entra na fase decisiva e o Mundial de Seleções está logo ali

No dia do aniversário da cidade de São Paulo, 25 de janeiro, tradicional data da final da copa de futebol júniores que leva o nome da metrópole, o Cruzeiro levou a melhor e conquistou o título pela segunda vez. Houve um número recorde de equipes inscritas, 128, das mais diversas origens e regiões, o que consagra a ideia de um grande “peneirão”, um torneio para revelar novos atletas.

Muitas críticas são feitas no decorrer de janeiro quanto ao número elevado de concorrentes e as condições das disputas, que, por lógica, não poderiam ser as melhores em termos de viagens, acomodações, campos e outras. Resta a esperada chance de revelar jovens para a carreira profissional, mas, na visão da cartolagem, principalmente, “fazer algum dinheiro”.

No balanço geral, somados todos os torneios, copas e campeonatos que se estendem para as categorias de base, englobando também o futebol feminino, tem-se a ideia do tamanho da encenação. As últimas observações quanto à qualidade do futebol profissional

têm chegado ao ponto de serem consideradas entediadas algumas partidas transmitidas pela televisão, acusando tais jogos de provocar o desinteresse crescente do público.

Vale lembrar o alerta do visionário João Saldanha: “Eles vão acabar matando a galinha dos ovos de ouro”, a paixão dos torcedores pelo fascinante “jogo da bola”. Trata-se de colocar o ganho financeiro acima de tudo, quando na realidade é um meio e não o fim da linha, embora não se possa negar que a “saúde econômica” deve estar sempre à frente.

O momento em que vivemos ilustra bem a situação, com os tais *transfer bans* atingindo vários clubes. Quando se olhar a retaguarda, são inúmeros os clubes de histórias ricas para suas comunidades que vão deixando de existir.

Ao mesmo tempo, o início dos “estaduais” deixou evidente a confusão na qual estão metidos muitos clubes, obrigados a começar com equipes de base em face dos compromissos sobrepostos. Embora muitos times ainda estejam na fase de ajustar seus elencos, o “Brasileirão” deu a largada com vários clássicos e a novidade: prolongar-se de janeiro a dezembro.

Vamos ver como terminaremos 2026. De início, o Flamengo larga como favorito, com o Palmeiras na cola se reestruturando e o Cruzeiro por fora, dando mostras das suas pretensões com a vitória na Copinha. Nos últimos dez campeonatos, Flamengo e Palmeiras conquistaram o título sete vezes. A chegada do Lucas Paquetá reafirma a disposição do rubro-negro de garantir um novo período vitorioso.

Os gaúchos Grêmio e Internacional, que sempre disputam os primeiros lugares, têm o ano inteiro para se reafirmar. Entre os clubes que lograram o acesso, o Remo está de volta depois de levar para Belém o experimentado dirigente Marcos Braz, que provocou uma revolução e conseguiu trazer um time do Norte à divisão principal depois de muito tempo.

No meio de tudo, entre junho e julho, teremos a Copa do Mundo, ameaçada de boicote diante das aberrações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, com suas medidas estapafúrdias, delirantes e irresponsáveis.

A Seleção Brasileira tem um refresco por enquanto. Trabalha “na moita” e marcou amistosos de despedida antes de embarcar para a América do Norte.

Cumprindo metade do calendário no futebol europeu, a Champions League, onde se joga o melhor futebol da atualidade, chega às oitavas de final num período no qual o Arsenal desponta como o de melhor campanha, ameaçando a fama de Real Madrid, Manchester City, Barcelona, Bayern de Munique e PSG.

Entre os jogadores que têm se destacado de saída no nosso futebol, a ida do jovem Rayan, do Vasco para o Bournemouth, deixa um desapontamento quanto ao futuro. Jovens continuam a sair muito cedo, o que empobrece os nossos times.

Para compensar as perdas, cada dia o Carnaval se aproxima e toma conta da emoção dos brasileiros, renovando a esperança em um ano de tanta expectativa. • redacao@cartacapital.com.br

Sem chão

REPORTAGEM A jornalista Cristina Serra detalha os crimes cometidos pela Braskem em Maceió

Umas das primeiras cenas do filme *Bye Bye Brasil*, de Cacá Diegues, mostra os artistas mambembes interpretados por José Wilker e Fábio Jr. diante do Pontal da Barra, em Maceió, Alagoas. Ciço, personagem de Fábio Jr., quer tomar banho de mar, mas Lorde Cigano, interpretado por Wilker, adverte que, naquela praia, a água era poluída. “Olha lá”, diz ele, apontando para a enorme fábrica da Salgema instalada no local. O ano era 1979 e os danos provocados pela indústria construída durante o período da ditadura na zona urbana da capital alagoana eram conhecidos. Encampada pela petroquímica Braskem, a extração desenfreada e sem fiscalização do sal-gema foi responsável por um dos maiores desastres socioambientais do Brasil e do mundo.

Cidade Rachada, livro-reportagem da jornalista e colunista de *CartaCapital* Cristina Serra, é um relato detalhado de como uma parceria de conveniência entre governos omissos e a busca por lucro empresarial levaram cinco bairros de Maceió a rachar e afundar diante do desmoronamento das cavernas criadas no subsolo na cidade pela extração do sal-gema, utilizado pela indústria química na produção de cloro, soda cáustica e PVC.

Inaugurada em 1976 na zona urbana de Maceió, como uma parceria entre um empresário brasileiro e a multinacional

DuPont, a Salgema transformou-se em Braskem em 2002, sob controle da então Odebrecht, que virou Novonor depois dos escândalos da Lava Jato, em sociedade com a Petrobras. O complexo industrial é composto de dois pilares, um de extração do sal-gema, no subterrâneo de Maceió, e outro de produção da clorossoda, no Pontal da Barra, ligados por um duto de 8 quilômetros que leva o produto diluído até a fábrica.

Depois de 40 anos de extração com fiscalização ineficiente e omissa, a terra tremeu em Maceió em 3 de março de 2018, o que provocou rachaduras imen-



CIDADE RACHADA

Cristina Serra. Editora Máquina de Livros (256 págs., R\$ 71)



sas em prédios, casas e ruas em cinco bairros: Bebedouro, Pinheiro, Mutange, Farol e Bom Parto, afetando 14,5 mil imóveis, com a remoção de 60 mil moradores. Serra entrevistou mais de cem personagens e visitou o local diversas vezes, iluminando histórias humanas de quem perdeu tudo, de suicídios e mortes provocados pela falta de assistência da Braskem, que obrigou os atingidos a assinar um acordo em troca de parques 40 mil reais por imóvel e do repasse do direito da área à petroquímica. A jornalista também levanta as tentativas da empresa de deslegitimar o relatório do Serviço Geológico do Brasil, que apontou a culpa do empreendimento no desastre.

Apesar de uma CPI encerrada em 2024 ter indiciado três empresas e 11 cidadãos por crimes ambientais, até hoje



DAVYSSON MENDES/PREFEITURA DE MACEIÓ E REDES SOCIAIS

Impunidade. A repórter reconstitui o drama das famílias obrigadas a aceitar acordos prejudiciais. Os responsáveis pela tragédia continuam livres

ninguém foi punido, o que demonstra a relação promíscua entre o público e o privado no Brasil, na qual o “marco regulatório é frouxo, fiscalização ausente e aplicação de multas e sanções aquém do necessário para inibir novos crimes”, como ressalta o jornalista André Trigueiro na apresentação do livro, sentimento que pode ser resumido em uma frase encontrada pela repórter, escrita em frente a um dos lares desapropriados pela petroquímica: “Braskem, me diz quanto vale o sal de nossas lágrimas?” •

– por Eduardo Magossi

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA



Em **O Século Nômade – Como a Migração Climática Transformará o Mundo** (Quina, 320 págs., 74,90 reais), a britânica Gaia Vince dá alguns prognósticos sobre os impactos da crise climática na agronomia, na urbanização, na alimentação e nos deslocamentos do homem.



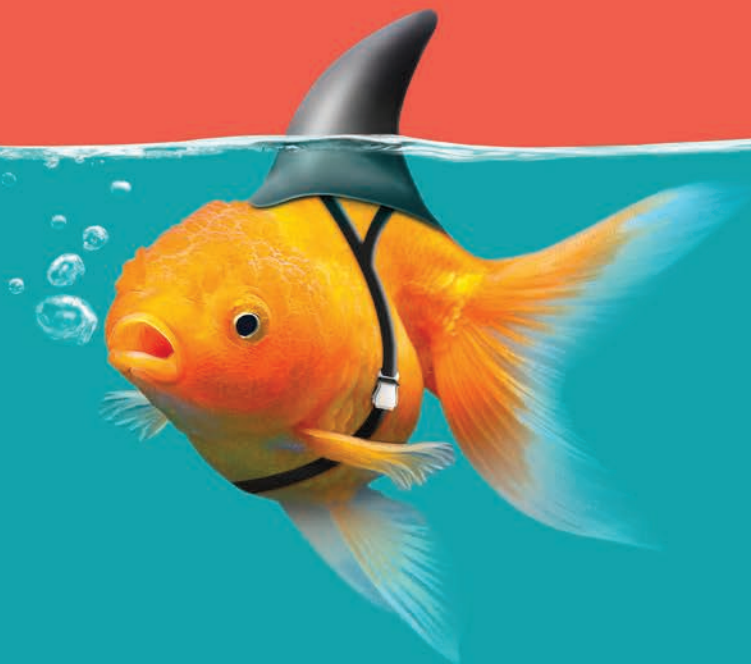
Depois de *Histórias da Matemática*, Marcelo Viana, lança **A Descoberta dos Números** (Tinta-da-China, 208 págs., 70,90 reais). Organizado em estilo de almanaque, com ilustrações, o livro dá vida e contexto a conceitos como infinito, pi e teoria dos jogos.



Na era das falas erroneamente atribuídas às pessoas, **Lições de Realismo Esperançoso: A Sabedoria e o Riso de Ariano Suassuna** (Nova Fronteira, 152 págs., 69,90 reais) é um precioso conjunto de frases e reflexões organizado pelas ciósas mãos de Carlos Newton Júnior.



As vezes você tem a sensação de que o mundo da tecnologia é ameaçador?



A gente tem um toque para você.

Todo dia o mundo muda. São novas tecnologias, serviços, produtos e palavras que passam a sensação de que estamos ficando para trás. Saber as novidades, usos e oportunidades de transformar tudo isso em bem-estar é o caminho para não se sentir assim. **ToqueTec** é a nova plataforma que trata tecnologia do ponto de vista dos benefícios para você. Sempre de maneira clara e simples, contando o que existe e o que ainda está surgindo.

Acesse **ToqueTec.com.br**. Tudo sobre tecnologia para o dia a dia em um só lugar.



DEIXAMOS NOSSA MARCA NA LUTA CONTRA A FOME. AGORA NOSSA LUTA GANHA UMA NOVA MARCA.

A fome não espera.

E a Ação da Cidadania também não. Há 30 anos, somos um movimento que segue crescendo. Agora, lançamos uma nova marca para mostrar essa evolução: a de uma ONG que nasceu com o prato vazio em denúncia à fome e hoje se tornou um amplo movimento ativista e transformador. A essência é a mesma, mas renovada para inspirar novas gerações e representar nossa luta por um **Brasil mais igual**.

AÇÃO

— DA CIDADANIA

PRA MUDAR O
MUNDO TEM
QUE TER AÇÃO

Faça parte desse movimento.
Conheça os nossos projetos:
acaodacidadania.org.br